

**PARQUES PÚBLICOS EM SÃO PAULO:  
AVENTURA ESTÉTICA  
NA CIDADE SEM HORIZONTE**

**Karin Vecchiatti**

**São Paulo, 2014**

## **Sumário**

*Apresentação, 4*

*Nota da pesquisadora, 6*

### **1. O espaço público em crise, 8**

Uma cidade sem horizonte, 8

Um breve histórico dos parques na cidade (ou como São Paulo “perdeu” seu horizonte), 12

### **2. A busca pelo sentido, 15**

Semiótica, espaço e significação, 15

Paisagens de contraste, 18

Entendendo a relação sujeito-paisagem (1): o lazer, 20

Entendendo a relação sujeito-paisagem (2): plástica-topológica, 22

Entendendo a relação sujeito-paisagem (3): uma tipologia dos parques na cidade, 24

Ler o espaço, 25

Parques de passeio, 28

Parques diversificados, 30

Parques conservacionistas, 32

Parques esportivos e lineares, 33

Do quadrado à elipse: a multiplicidade de sentidos, 35

### **3. Aprendizado somático, 38**

Corpo, hábito, fratura, 41

### **4. Contínuo e descontínuo em diálogo, 45**

O papel da mídia *online* na ‘configuração’ do espaço público, 45

Parque Augusta, 50

Bicicletas na cidade, 51

Ponto de transição, 55

Por mais projetos de paisagem, 55

Sustentabilidade no fluxo da elipse, 61

## **Apresentação – problema inicial e resumo dos desdobramentos da pesquisa**

O primeiro projeto apresentado como proposta de estudo dos parques públicos em São Paulo (parte integrante do projeto temático “Práticas de vida e produção de sentido na metrópole São Paulo” processo Fapesp 2010/52122-4) procurava entender como essas áreas verdes da cidade revelam formas de sociabilidade características da metrópole e sugeria abordar o problema principalmente por meio de uma análise da gestualidade dos usuários dos parques. Na medida em que a pesquisa foi se desenvolvendo, notou-se que a complexidade do objeto estudado merecia uma abordagem investigativa mais ampla, capaz de dar conta de diversas outras manifestações. Entretanto, para a pergunta-problema, “Em que medida os parques em São Paulo promovem práticas de vida que configuram formas de sociabilidade tipicamente paulistanas?”, manteve-se a hipótese de que corporeidade e a relação entre corpo e paisagem são fatores determinantes na construção de formas de sociabilidade características da cidade.

Os resultados atingidos após a análise de 15 parques em São Paulo podem conduzir a uma nova proposição do título do trabalho, algo que se aproxime de “Parques em São Paulo: aventura estética na cidade sem horizonte”, um título que se desdobra tanto em alento, quanto em preocupação. Alento pelo fato de que os parques, em seu estímulo ao deslumbramento e às práticas coletivas se apresentam como verdadeiros laboratórios de modos de vida na grande cidade. Preocupação pelo fato de que esse estímulo se dá num contexto de conflito e escassez. A horizontalidade das áreas verdes (vegetadas, abertas, gratuitas) é pouca e escassa quando comparada à predominância da verticalidade do poder financeiro e político, simulacro do ‘desenvolvimento’ da cidade. Os espaços abertos e de convivência entram em confronto com essa verticalidade na medida em que o real desenvolvimento favorece poucos em detrimento do bem estar de muitos. Daí a provocação sugerida na proposição de um novo título: na metrópole, vê o horizonte apenas quem chega ao topo de uma estrutura vertical. E os que chegam são poucos.

Essa conclusão não surge por acaso. Numa investigação das relações entre corpo e paisagem nos parques públicos em São Paulo nota-se o quanto esses corpos, por um lado, são carregados dos modos de ser e estar no ambiente da cidade, mas por outro também são capazes de transformações. Nota-se, sobretudo uma pluralidade nas possibilidades de

geração de sentido em ato, possibilidades essas nas quais a corporeidade se torna aspecto determinante nas formas de sociabilidade que se manifestam no espaço público. A análise da corporeidade ao viver a potencialidade plástica das áreas verdes nos leva a sugerir que o grande laboratório de maneiras de se viver a metrópole se dá principalmente por um aprendizado somático. E levar esse aprendizado em consideração parece ser fundamental para se lidar com a crise do espaço público. Uma cidade que restringe as possibilidades de encontro corpo-a-corpo e as possibilidades de aprendizado somático na interação entre corpos e entre corpos e paisagens é uma cidade fadada ao endurecimento e à falência enquanto local de bem-viver.

Os desdobramentos dessa conclusão nos levam a mostrar como os parques são apresentados pelos grandes veículos da mídia impressa (em suas versões on-line) enquanto estruturas urbanísticas funcionais (se estão com a manutenção em dia; se há segurança, etc.) ou no máximo como pontos de lazer na agenda cultural programada pelo poder público municipal e estadual. A mídia informal, por outro lado (redes sociais, blogs e coletivos), ressaltam justamente a relevância da corporeidade, dos encontros e das possibilidades de novos modos de vida na configuração as áreas verdes da cidade.

Por fim, as análises desenvolvidas culminam na ideia de ‘projeto de paisagem’, conceito desenvolvido por diferentes pesquisadores ligados ao planejamento urbano e regional e especialmente trabalhado pelo arquiteto paisagista e semiótico italiano Franco Zagari. Tomando as idéias de Zagari como ponto de partida acerca do conceito de ‘projeto de paisagem’, complementamos suas colocações com as conclusões obtidas no estudo sobre parques urbanos em São Paulo oferecendo, assim, subsídios para gestão e um possível enfrentamento da crise do espaço público na cidade.

## Nota da pesquisadora

Desde o que a memória me permite alcançar, interesse-me pelo espaço e por sua configuração. As imagens mais vívidas dessa curiosidade me remetem aos 10-11 anos de idade, época na qual passava longas férias em áreas rurais, explorando um vasto entorno, fosse ele formado por fragmentos de mata ou por morros cobertos por pastagens. O entusiasmo com o espaço aberto era motivo para explorar, descobrir, coletar sementes, gravetos, flores, pedaços de barro e só voltar pra casa ao final do dia.

Parte considerável desse fascínio me levou a cursar engenharia agrônoma e a trilhar o mestrado pesquisando a temática voltada para o desenvolvimento rural. O foco daquele trabalho era justamente compreender a configuração espacial e econômica de regiões rurais no Brasil, sua relação com as cidades e o que as tornava mais ou menos dinâmicas. O resultado foi uma dissertação que analisou como atividades não-agrícolas em regiões rurais eram capazes, frente a mudanças econômicas, de tornarem-nas mais prósperas. Naquela época, já ficava clara a complexidade que envolvia as transformações urbano-rurais. “Cidade e campo” não tinham mais, desde a segunda metade do século XX, uma delimitação clara. Sobretudo no Brasil, essa divisão é algo muito mais complexo do que geralmente apresentado pela grande mídia e por diversos programas governamentais. O rural está longe de ser apenas agrícola e o urbano não se define apenas pela aglomeração de pessoas ou por decretos municipais.

Ao longo dos anos de pesquisa, revelava-se que a configuração espacial está intimamente associada a uma relação sujeito – entorno, uma questão que foi possível aprofundar no doutoramento pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica (COS-PUC/SP). O doutorado no COS me ofereceu a oportunidade de estudar a noção de ambiente enquanto ‘dinâmica ambiental’, ou seja, destrinchar a ideia de ambiente não apenas como entorno, mas como relação entre sujeito e entorno.<sup>1</sup>

Recentemente, a participação no projeto temático “Práticas de Vida e Produção de Sentido na Metrópole São Paulo: regimes de interação, regimes de visibilidade e regimes de reescritura” tem oferecido possibilidades adicionais de investigação da relação rural-

---

<sup>1</sup> K. Thrall. *A Natureza Ecológica da Comunicação*. Tese de doutorado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2008.

urbano-homem-natureza, desta vez pela investigação de reescrituras de natureza em meio à não-natureza: os parques públicos da cidade de São Paulo. Por meio de um aprofundamento da teoria semiótica, foi possível investigar as práticas de vida nesses espaços da cidade e assim entender como determinadas formas de sociabilidade se configuram a partir de uma relação sujeito/paisagem. Longe de gerarem significado apenas por serem ‘áreas verdes’, os parques se configuram essencialmente em sua relação com as pessoas. E são os resultados dessa investigação que me permitem sugerir o importante papel que esses espaços podem desempenhar a favor de uma cidade mais colaborativa e de um planejamento mais participativo e eficaz. “O desafio é grande”, comenta o gestor de um dos parques da cidade. “Mas esse processo educativo que se desenvolve na interação entre o público e a equipe técnica do parque tem que ser encarado”.

\*\*

## *I. O espaço público em crise*

### **Uma cidade sem horizonte**

Durante um recesso de final de ano, em meio a um dos verões mais quentes que já tivemos, precisei reorganizar minha biblioteca. Os livros acumulados ao longo de 20 anos mereciam limpeza e organização. E aquele clima silencioso que só os primeiros dias de janeiro oferecem parecia ideal para essa tarefa. Foi em meio aos panos de pó que redescobri um livro que havia escorregado para o canto de trás da estante. *A duração das cidades*<sup>2</sup>, coletânea de artigos organizada por Henri Ascelrad, captou minha atenção. Nas primeiras páginas, o prefácio de Henrique Rattner, professor titular aposentado da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP) e da Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP) trazia, de forma objetiva, temas que me interessavam. Dizia o autor:

“No limiar do século XXI, quase todas as sociedades enfrentam a desanimadora perspectiva de uma infundável crise urbana, consequência de um modelo obsoleto e irracional da ocupação do espaço. Ademais, a acumulação de riquezas sem distribuição equitativa de benefícios sociais exacerbou contradições e conflitos, particularmente nas grandes aglomerações urbanas. A urbanização rápida e a intensa concentração de indústrias, serviços e, portanto, de seres humanos, têm transformado as cidades no oposto de sua razão de ser – um lugar para viver bem, nas palavras de Aristóteles”.<sup>3</sup>

O parágrafo sintético e esclarecedor me levou a fazer uma pausa na limpeza e na arrumação. Sentei-me no chão para reler um trecho obra. Segundo o economista, as decisões atuais sobre a organização do espaço e da vida social e cultural ultrapassam a problemática e a

---

<sup>2</sup> H. Ascelrad (org.) *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2001.

<sup>3</sup> H. Rattner. Prefácio. In: *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2001, p.7.

competência técnico-instrumental dos planejadores e tecnocratas. Para ele, essas situações exigem muito mais diálogo, comunicação e a interação consciente de toda uma comunidade. Nesse sentido, a solução para problemas de uma cidade não pode ser concebida apenas em termos técnicos e financeiros. “O desafio apresentado aos planejadores e administradores urbanos é o de como implementar um novo conceito de poder político comunitário local” (p.8), o que, por sua vez, tenderia a promover um desenvolvimento mais humano e solitário. Uma proposta como essa pode parecer tarefa difícil, se não impossível de se implementar numa cidade como São Paulo. Por um lado, a perda de identidade, do sentido de se pertencer a algum grupo e a solidão existencial (muitas vezes características de grandes cidades), aliada ainda ao grande poder financeiro e decisório que se encontra na mão de poucos, fazem com que as pessoas se tornem pouco colaborativas. Por outro lado, a diversidade de pessoas e contextos que a cidade apresenta também pode revelar oportunidades de encontros e inovações capazes de superar essas dificuldades. Jane Jacobs (1916-2006), lendária norte-americana estudiosa das cidades, ao longo de sua vasta obra sempre demonstrou entusiasmo com relação à diversidade de pessoas, negócios e atividades existentes em uma grande cidade, geralmente atribuindo a capacidade dos bairros de inovarem e se recuperarem à diversidade econômica e humana local.

Sendo então a diversidade e o dinamismo econômico aspectos favoráveis numa grande cidade, o que impede que São Paulo se torne mais igualitária em seu desenvolvimento? Com suas periferias excluídas, com a dificuldade de acesso a diversos serviços básicos, São Paulo revela o desafio de nossa civilização urbano-industrial: o de transformar uma estratégia de crescimento econômico que privilegia poucos em um modelo sustentabilidade baseado no bem-estar da maioria. Segundo Rattner, isso se traduz na seguinte questão: “Como podemos substituir o princípio de competição por empregos, mercados, riqueza e poder – imposto a populações indefesas como condição de sobrevivência – pela cooperação, como princípio pilar de sustentação dos municípios?” Atentar para uma possível resposta nos leva a rever o processo de ocupação do espaço trilhado por cidades como São Paulo. Um processo que acabou sendo prejudicado por dois grandes impasses: pelos efeitos colaterais de um desenvolvimento econômico predatório e pela falácia do planejamento.

As megacidades do Terceiro Mundo experimentaram crescimento explosivo depois da Segunda Guerra Mundial, com a incorporação dos países recentemente industrializados ao

sistema capitalista de produção, comércio e finanças. A organização da produção em fábricas enormes, com milhares de trabalhadores atraiu e concentrou em espaços geográficos relativamente limitados enormes quantidades de capital, trabalho, energia e consumo de recursos naturais. Isso habilitou certas cidades a dominarem, econômica e politicamente, outras regiões menos dinâmicas do país. O problema é que, em diversos casos, a infraestrutura das cidades não foi capaz de agüentar os milhões de migrantes rurais. Os capítulos seguintes – especulação de terras, favelas, extrema pobreza e altas taxas de crimes e delinqüência – são, de forma geral, efeitos colaterais dessa concentração urbana rápida e desregulada.

Na América Latina, esse processo produziu ainda efeitos paradoxais: enquanto o crescimento econômico ofereceu benefícios ilimitados e prosperidade, ao mesmo tempo produziu custos ambientais e sociais dificilmente visíveis no início, mas desastrosos no longo prazo. Os resultados incluem uma deterioração constante da qualidade de vida, custos mais altos de investimentos em infraestrutura, perda de eficiência da economia metropolitana, degradação dos valores estéticos e, acima de tudo, o clima intolerável do desvio social, violência e perda da solidariedade.<sup>4</sup>

O que agrava ainda mais esse contexto foi a incapacidade do planejamento em dar saltos qualitativos uma vez identificados os problemas. “Se presumirmos que a essência do planejamento é a alocação de recursos escassos a metas e objetivos prioritários, então por que os planos para administrar os processos de crescimento de grandes cidades fracassaram?” pergunta Rattner. Por um lado, freqüentemente atribui-se esse fracasso à falta de competência técnica, a contradições políticas, ou à ‘falta de vontade política’ dos governos, como muitos planejadores costumam colocar. Mas, por outro, o autor aponta para um problema ainda mais fundamental: a falha em perceber que aspirações e interesses contraditórios acabam por criar gargalos políticos ou desvios em relação aos planos. Em outras palavras, a demanda por um plano urbano (seja ele local, regional ou nacional) pressupõe a existência de um consenso previamente estabelecido sobre as prioridades. Na ausência de um acordo político prévio entre os diversos atores sociais, o planejamento torna-se exercício puramente acadêmico, sem maiores impactos práticos.

---

<sup>4</sup> *Ibidem*, p.12.

Mesmo que alguns governos tenham imposto seus projetos baseados numa racionalidade exclusivamente funcional (prejudicando, em sua maioria, outros aspectos da vida social), vários projetos encontram restrições tanto devido à falta de um consenso prévio no planejamento, como também devido a limites que surgem em um mercado aberto e desregulamentado de uma economia global. Como controlar e se opor às pressões dos grandes grupos de interesse financeiro e econômico é, também para o planejamento urbano, um dos grandes dilemas atuais.

Diante do que parecem impasses, Rattner sugere que o planejamento pode ser transformado em instrumento de democratização no processo de administração e expansão das cidades, em vez de um processo decisório tecnocrático e autoritário. Para isso, seria necessário reduzir a distância que separa a esfera técnica do planejamento, da esfera política da administração, o que necessariamente envolve uma participação da sociedade.

\*\*

Quando li esses parágrafos em meio à limpeza das estantes de livros, foi impossível não pensar na pesquisa que estava desenvolvendo sobre dos parques públicos em São Paulo, pesquisa essa vinculada ao Projeto Temático “Práticas de vida e produção de sentido na metrópole São Paulo : regimes de visibilidade, regimes de interação e regimes de reescritura” e coordenada por Ana Claudia de Oliveira (PUC-SP: COS/CPS) sob co-direção de Eric Landowski (CEVIPOF- CNRS). Em poucas palavras, o projeto temático tem como objetivo analisar formas de sociabilidade características da metrópole, investigando tanto as relações entre sujeitos e lugares, em suas mais variadas manifestações (na gastronomia, na imigração, nos esportes, nos museus...), quanto as diferentes formas que esse viver é projetado nas mídias, criando assim uma cidade que se dá a ver e que muitas vezes difere da cidade vivida. Utilizando-se da teoria e metodologia sociossemiótica (Landowski 1992, 2001, 2009 e 2010, principalmente) que subsidia a definição das formas de expressão da cidade, a pesquisa temática encara o desafio de compreender as estratégias de comunicação da cidade a partir de seus textos e práticas: a possibilidade de se apreender as formas midiáticas e vivências locais; as expressões do sistema programado e aquelas que abrangem os exercícios de liberdade praticados pelos sujeitos que vivem na metrópole.

Nesse contexto, ao estudarmos os parques da cidade, estes se revelaram como últimos redutos de espaços públicos, espaços de encontro, de relações corpo-a-corpo, de descobertas de novas formas de convivência. Os parques se oferecem como laboratórios de relacionamentos político-sociais dos cidadãos *com* suas cidades, nos quais a implementação e a manutenção dos espaços e equipamentos públicos têm a chance de (emprestando-se a frase de Ratter) “transformarem-se em responsabilidade coletiva, diferente da noção convencional de espaço público como propriedade privada da população”.

Tal conclusão não surge por acaso. Uma vez que os parques promovem práticas de vida que configuram formas de sociabilidade características da metrópole, nota-se que essas áreas da cidade estão longe de apresentarem modelos prontos ou relações pouco desafiadoras. Mas é justamente por esse contexto desafiador que a dinâmica dos parques da cidade tem muito a ensinar sobre o planejamento e gestão do espaço urbano, sobretudo no que se refere à definição de metas, objetivos e instrumentos a favor de uma cidade mais humana e sustentável no longo prazo.

\*\*

### **Um breve histórico dos parques na cidade** (ou como São Paulo “perdeu” seu horizonte)

São Paulo tem uma história curiosa no que se refere aos seus espaços verdes de lazer. O primeiro parque da cidade foi o Jardim Público, hoje Parque da Luz, aberto em 1825 com o objetivo de ser um jardim botânico. Era localizado próximo ao centro da cidade, na época em que São Paulo ainda era um núcleo urbano pequeno e inexpressivo econômica e politicamente.<sup>5</sup>

Poucas décadas depois, a cidade se tornou centro dos negócios da economia do café e se transformou significativamente. São Paulo começava a se configurar como a mais importante cidade do Sudeste do país. Nesse impulso de crescimento e modernização entre o final do século XIX e início do século XX, a capital passou por uma série de obras impulsionadas pelo então prefeito Saturnino de Brito. As obras procuravam, em grande

---

H. Segawa. *Ao amor do público: jardins no Brasil*. São Paulo: Estúdio Nobel, 1996.

medida, organizar, limpar e embelezar a cidade, projetando-a como centro cosmopolita à altura de seu desenvolvimento econômico. Diversas áreas verdes foram implantadas, no bojo da influência que Paris, na época, exercia sobre outras cidades no mundo, inclusive sobre a América Latina.

De fato, na segunda metade do século XIX, Paris tornou-se uma cidade influente na difusão de um modelo de ambiente urbano integrado a espaços verdes. Visando dar retaguarda à expansão industrial e financeira da cidade, a capital francesa havia passado por um programa de melhorias urbanas numa escala sem precedentes em sua história. Entre a atualização da infra-estrutura de água, esgoto e energia elétrica, a ampliação da malha viária e a valorização do centro monumental, destacou-se também a implementação de um conjunto metropolitano de parques, praças e ruas arborizadas.

Um dos motivos que levou o Estado francês a levar adiante seu “programa verde” foi o reconhecimento das árvores a favor da salubridade urbana. “No início da segunda metade do século XIX, o emprego da vegetação de porte prosseguia recomendado para fazer a circulação de ar, a dissipação de eflúvios nocivos, e o dessecamento do solo, de modo a combater lugares pútridos nos quais se formavam doenças”.<sup>6</sup> Árvores de grandes copas eram plantadas para movimentar as camadas de ar mais próximas do solo, afastando os miasmas.

São Paulo foi uma entre várias cidades latino-americanas que se espelharam nas obras de Paris. Assim, foram implantados jardins e praças para evitar cheias, além de limpar e embelezar a cidade<sup>7</sup>. Entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX foram criadas áreas verdes como a Praça Buenos Aires, o Parque Tenente Siqueira Campos (Trianon), o Parque da Água Branca, o Jardim da Aclimação e o Parque Dom Pedro II (hoje inexistente), num movimento de urbanização que também começava a ocupar as várzeas e terras mais baixas, acelerando a incorporação de sítios e chácaras à malha urbana.

Alguns anos mais tarde, com o impulso de sua industrialização, São Paulo torna-se objeto de diversos planos, que também vão configurar o que seriam as áreas verdes da cidade. Ao longo da década de 1930, o Plano de Avenidas, que definia uma estrutura viária para a cidade, com avenidas radiais e anéis viários interligando-as de forma que a cidade pudesse

---

<sup>6</sup> *Ibidem*. pp.68-69

<sup>7</sup> Parques urbanos municipais de São Paulo : subsídios para a gestão / organização Marussia Whately. [et al.]. -- São Paulo : Instituto Socioambiental, 2008.

crescer infinitamente”<sup>8</sup>. O Plano de Avenidas, além de prever marcos visuais, projetos urbanísticos para as principais avenidas e eixos estruturantes, apresentava também um apêndice referente a parques urbanos, além da previsão de obras para a retificação dos rios Tietê e Pinheiros, obras essas que seriam acompanhadas de áreas verdes, com um sistema de parques, jardins e espaços recreativos. Entre os parques urbanos planejados estava o parque náutico na várzea do Rio Tietê. O projeto começou a ser implantado em meados da década de 1930, mas foi em 1937, durante a gestão do prefeito Prestes Maia (seu idealizador), que as obras se intensificaram (sendo efetivamente concluídas muitas décadas mais tarde).

Após a Segunda Grande Guerra, São Paulo passa por uma segunda fase de sua industrialização, no qual as áreas industriais são realocadas para as margens de rodovias, para a região Sul da cidade e para o ABC Paulista. Esse período coincide com um crescimento vertiginoso da população e as intervenções do poder público não conseguem dar conta de sustentar o crescimento da mancha urbana e a formação de uma grande periferia ligada à atividade industrial. É nesse momento que a cidade perde grandes áreas que potencialmente se transformariam em parques. “Aos poucos as potenciais áreas para parques vão sendo incorporadas ao uso urbano. Áreas marginais dos rios, por exemplo, vão sendo apropriadas e incorporadas às avenidas marginais”<sup>9</sup>. O que era o Parque Dom Pedro II, exemplo emblemático, acaba sendo envolvido por um sistema viário. Mas no contra-fluxo dessa tendência de perdas de áreas verdes é inaugurado o Parque Ibirapuera, em 1954, em uma grande várzea encharcada, ‘desprezada’ pelo setor imobiliário, e até hoje um dos maiores parques urbanos de São Paulo, finalizado durante as comemorações do IV Centenário de São Paulo.

Mesmo com uma considerável diminuição de suas áreas abertas (e o início de um crescimento desordenado), no final da década de 1960 e início dos anos 70, a cidade passa por nova tentativa de áreas e espaços verdes para recreação, baseando-se na necessidade de dar conta de equipamentos e áreas de lazer para uma população que crescia vertiginosamente. “Entre 1967 e 1969, desenvolveu-se o Plano de Áreas Verdes de Recreação, baseado na necessidade de diagnosticar a realidade urbana, que resultou em

---

<sup>8</sup> *Ibidem*, p.33.

<sup>9</sup> *Ibidem*, p.34.

uma divisão da cidade em 25 zonas, cada uma delas com propostas de implementação de áreas verdes de recreação, obedecendo algumas tipologias: parque de vizinhança, parque de bairro, parque setorial e parque metropolitano. O dimensionamento dos parques resultou dos estudos de demanda para atender a comunidade do entorno. O plano definia um sistema integrado que previa 29 parques setoriais distribuídos pela malha urbana, onde os de maior escala poderiam conter funções não atendidas pelos de menor escala. O plano era uma ação na contra-mão da dinâmica que vinha sendo adotada pela cidade: enquanto a cidade crescia de forma a aniquilar e ocupar com outros usos os espaços previstos para parques, o plano procurava reservar áreas para que fossem espaços de lazer”.

Infelizmente, o Plano de Áreas Verdes de Recreação nunca foi implementado. E, ao olharmos para a cidade 40 anos depois, é possível entender porque. Já naquela época, São Paulo mostrava sinais de que a verticalidade favorecida pelos interesses comerciais e financeiros se sobreporia à horizontalidade dos espaços gratuitos de lazer. Além de dificultar a manutenção de espaços abertos, favoreceu a expansão das periferias da cidade, o que, ironicamente, levou, entre os anos 70 e a década de 1980, à criação de parques como tentativa de conter a expansão da cidade e preservar suas fontes de abastecimento de água. Surgiram então parques como o da Cantareira, Capivari Monos, Fontes do Ipiranga (onde está localizado o Jardim Botânico) e Serra do Mar, tendo como objetivo principal produzir espécies para reflorestamento e preservar áreas de mata nativa<sup>10</sup>, bem como os mananciais de água.

Apesar de alguns poucos parques terem sido implantados no final do século XX (como o Parque Villa Lobos), foi apenas a partir dos anos 2000 que novo impulso foi dado a favor da criação de áreas verdes na cidade. O Programa “100 Parques” da prefeitura municipal procurou aliar a recuperação de córregos da cidade ao oferecimento de áreas de lazer, principalmente nas regiões leste e sul, onde se destacam a falta de infra-estrutura urbana e opções de lazer. Foi implantado, desde 2005, um grande número de Parques Lineares margeando córregos com o objetivo de suprir essa dupla demanda. Com essa ação, São Paulo chegou, de fato, a 100 parques. Pela quantidade (e dado o desafio enfrentando para essas áreas existirem), pode até parecer que São Paulo é bem abastecida de espaços verdes

---

<sup>10</sup> V. Bartalini. Parques Públicos Municipais de São Paulo – A ação da municipalidade no provimento de Áreas Verdes de recreação. São Paulo, Tese de Doutorado.

de lazer. Mas diante de sua extensa geografia, de sua densidade demográfica e de sua diversidade populacional, a realidade é outra.

Atualmente, os parques da cidade, diversos em seu tamanho, localidade e configuração, enfrentam, em sua maioria, um duplo desafio no que se refere à gestão de seus espaços: atender a uma demanda crescente por lugares de lazer e convivência públicos e gratuitos, além de preservar recantos vegetados em meio a um crescente mar de concreto. Esse desafio se dá, principalmente, porque São Paulo, ao longo dos últimos 40 anos, optou por ‘fechar’ seu horizonte. A metáfora é, ao mesmo tempo, uma provocação e uma manifestação da cidade. Na medida em que a cidade optou por priorizar a verticalidade cinza do poder financeiro e privado, em detrimento da horizontalidade dos espaços de convivência, verdes, abertos e gratuitos à população, limitou também a vista de seus habitantes àquele lugar onde céu e terra parecem se encontrar. No imaginário popular, enxergar o horizonte é vislumbrar um caminho; é ter esperança. Mas em São Paulo, vê o horizonte apenas quem chega ao topo da verticalidade. E assim, no imperativo da verticalidade que abafa a horizontalidade<sup>11</sup>, sobrevive um espaço público em crise profunda. Uma crise que se dá pela primazia da verticalidade em detrimento da horizontalidade; pela ausência de um equilíbrio entre as estruturas programadas do poder e a liberdade do corpo em devir.

\*\*

---

<sup>11</sup> A.C. de Oliveira. Brechas da horizontalidade na muralha vertical de São Paulo. In: A. C. de Oliveira *et alli* (org.) *Caderno de Discussão do Centro de Pesquisas Sociossemióticas*, n.19, v.1. São Paulo: Edições CPS, 2013. ISSN 1807-7099

## ***II. A busca pelo sentido***

*“O mundo humano se define essencialmente  
como o mundo de significação”.*

A.J. Greimas, Semântica Estrutural

### **Semiótica, espaço e significação**

Uma das grandes contribuições da semiótica (se não a maior) é o desenvolvimento de uma teoria que trata da condição humana de dar sentido às coisas, às pessoas e aos acontecimentos. Próxima da lingüística e da antropologia, a semiótica desenvolveu uma abordagem de pesquisa que não pretende descrever as coisas em si, mas a maneira como as transformamos em significantes. A semiótica consegue isso na medida em que analisa coisas e interações no mundo, organizando suas relações. Assim, ela consegue, empírica e descritivamente, analisar as condições nas quais emerge o sentido, seja nos discursos ou nas práticas significantes mais diversas.

No estudo sobre os parques urbanos, isso nos leva a não olhar para a natureza em si (deixamos isso a cargo, por exemplo, da biologia e da geografia), mas analisar como convertemos a natureza nos parques em significantes. Em outras palavras, a semiótica nos permite compreender, no contexto da grande cidade, os parques como manifestações da natureza reescritas pela cultura.

Desde o início da pesquisa, desenvolveu-se a preocupação de se entender como os parques revelam formas de sociabilidade características da metrópole. Essa foi, desde o princípio, uma definição abrangente do problema, encarado como patamar fundamental para entendermos o papel que as áreas verdes desempenham na dinâmica da cidade.

As hipóteses trilhadas sugerem que os parques promovem práticas de vida que configuram formas de sociabilidade tipicamente paulistanas na medida em que:

- ressaltam a corporeidade como categoria determinante da experiência do sujeito nessas localidades;

- promovem a relação entre corpo e paisagem no contexto particular desses lugares;
- se tornam visíveis tanto em diferentes mídias quanto nas ações da administração pública municipal.

A análise das práticas de vida, de um lado, e dos fatos noticiosos, de outro, convida o pesquisador a observar que, enquanto as práticas da cidade só fazem sentido quando lidas como se fosse “textos” (essa é, justamente, a proposta da sociosemiótica), os textos, por sua vez, só fazem sentido em função das práticas vividas pelos habitantes. Isso se desdobrou num necessário convite a “ir a campo” no estudo das formas de sociabilidade engendradas pelos parques públicos na cidade. Trata-se de uma leitura in loco da cidade, acrescida de suas representações midiáticas. Assim, foram visitados 15 parques na cidade (muitos deles mais de uma vez) no intuito de se atentar para a imagem da cidade enquanto cidade vivida. Cada visita se tornava um exercício de atenção para uma semiótica do corpo, do espaço e da matéria, além de uma observação das ações da administração pública na configuração dos parques urbanos. Não foi, portanto, apenas pela delimitação física que esta pesquisa abordou as paisagens verdes da cidade, mas sim pelos processos de significação que promovem férteis interações entre sujeito e paisagem, revelando, dessa forma, a maneira de se viver esses espaços.

Apresentando-os como paisagem de contraste e procurando entender principalmente a relação sujeito-paisagem pelas práticas de lazer, pela plástica-topológica desses lugares e pela proposição de uma tipologia dos parques na cidade, revela-se não apenas parte do discurso da metrópole, como eventuais contribuições da semiótica para a gestão dos parques em meio à crise do espaço público na cidade.

É certo que a gestão desses espaços e a tentativa de implantação de áreas verdes adicionais vêm acompanhada de inúmeros desafios, tanto em aspectos técnicos e legais, quanto no que se refere ao envolvimento da comunidade frequentadora dos parques. Mas em meio a esses fatores diversos e muitas vezes conflitantes, enxerga-se transformações. Os parques se apresentam como laboratórios de ideias, de comportamentos e de linguagens e, com frequência, podem antecipar novas modalidades do habitar.

Ao final da investigação, é possível concluir que os parques revelam práticas de vida que promovem formas de sociabilidade baseadas no contato e na espontaneidade, em grande medida devido a sua configuração espacial e à oferta gratuita de lazer. É a partir da

espontaneidade que os parques conectam-se com a cidade em ininterruptos processos de mediação. Se uma cidade ‘impede’ os encontros espontâneos entre uma multiplicidade de corpos, de atividades e de idades em espaços públicos e abertos, aborta também possibilidades de desenvolvimento de uma sociedade saudável em diversos aspectos. Não enxergar, portanto, que os espaços públicos da cidade estão em crise é como tapar o sol com a peneira. Os efeitos dessa omissão podem ser desastrosos nas próximas décadas.

### **Paisagens de contraste**

Contrastes no *continuum* urbano, áreas abertas em oposição à densa massa de prédios, os parques urbanos de São Paulo denotam, à primeira vista, um grande contraste visual, topológico, eidético, cromático e estésico quando comparados ao restante da metrópole: o verde contrasta fortemente com o cimento e o concreto; o som dos veículos motorizados predominantes nas grandes vias é substituído pelo silêncio, pelo roçar das folhas de árvores ao vento, pelo canto de pássaros. Há, portanto, numa comparação entre os parques e o restante da cidade, um grande contraste no estímulo aos sentidos. Aliado a esse contraste (ou devido a ele), o corpo citadino se transforma: permite-se despir parcialmente, suar, correr, respirar, descansar. De forma geral, ao estarem no parque, os sujeitos se comportam e se manifestam de forma relativamente distinta; alguns códigos sociais se alteram em função do contexto, abrindo possibilidades para gestos e comportamentos vistos com menor frequência em outros lugares da metrópole: corpos se exercitam, descansam deitados sob a sombra de árvores, sentam-se no chão... Homens andam sem camisa e mulheres vestem roupas de ginástica que as deixam com a barriga de fora. No parque, é possível tirar uma soneca debaixo de uma árvore. Ninguém estranha.

Cenas como essas em outros espaços da cidade são consideravelmente mais raras. Em nenhum outro lugar da cidade as gerações, as atividades, os gestos e comportamentos tão variados se encontram no mesmo espaço com propósitos bastante distintos. Nas paisagens verdes, convivem os mais variados modos de ser e estar. Nessas paisagens de contraste, desenvolve-se parte do discurso da metrópole através de uma dinâmica própria, singular e reveladora. É na oposição com a própria cidade que surge parte importante do que a

metrópole tem a dizer: usos, modalidades, práticas e regimes de visibilidade, de interação e de sentido que, nas paisagens verdes, caracterizam o habitar paulistano. Práticas que, por sua vez, tornam visíveis certos tipos de manifestações no contexto urbano.

Seja por sua relação com o passeio, o lazer ou o descanso, seja por proporcionarem o contato com reescrituras da natureza (em meio à ausência de natureza) ou ainda por oferecerem espaço para práticas benéficas à saúde (esportes, meditação, caminhadas), as paisagens verdes (ou parques) se apresentam como pausas, como fraturas (no sentido greimasiano<sup>12</sup> de proporcionar a descontinuidade, a quebra e o imprevisto em meio a padrões contínuos de visualidade, de plástica e de rítmica urbana proporcionando, assim, a possibilidade de deslumbramento e geração de sentido). Em meio à continuidade cinza do concreto e à aridez do asfalto, surge a surpresa e o frescor do verde.

Por um lado, enquanto espaços sociais de significação, os parques podem abarcar arranjos espaciais e práticas de vida características de um jeito de ser paulistano (os garotos que acabo de encontrar dizem isso), e de uma maneira de se habitar a metrópole, além de práticas que certamente estão presentes no cotidiano de outras grandes cidades. Mas, por outro, as paisagens verdes proporcionam uma interação direta entre os sujeitos numa relação corpo a corpo, propondo transformações. Assim, processando e reverberando efeitos de sentido, as paisagens verdes promovem encontros somáticos, numa relação entre corpos ou entre corpos e o lugar. Isso, por sua vez, destaca o corpo em seu agir fenomenológico enquanto um fazer sentir junto, definindo uma competência estética que emerge como uma das formas de fazer surgir o sentido e, principalmente, fazer surgir novas possibilidades de sentido.

O pesquisador e arquiteto-paisagista italiano Franco Zagari<sup>13</sup> enfatiza que é a partir dessas fraturas / contrastes que frequentemente surgem novas modalidades do habitar, às vezes mais avançadas do que aquelas sugeridas por outros sistemas urbanos. Para Zagari,

“(…) Nos parques, a eterna contraposição entre natureza e cultura, a indecisão sentimental entre passado e presente, nostalgia e esperança, revela esses lugares como espaços emocionais, eminentemente públicos, nos quais a sabedoria da herança histórica e a capacidade de uma visão de futuro trazem a força da paisagem brasileira

---

<sup>12</sup> A.J. Greimas. *Da Imperfeição*. São Paulo: Hacker, 2002.

<sup>13</sup> F. Zagari. Seminário do Centro de Pesquisas Sociossemióticas, 2010.

como valor, muitas vezes como antídoto à vida na metrópole. Enquanto as cidades crescem e decrescem, nos grandes parques encontramos novos valores criadores de uma nova estética que por sua vez absorve, filtra e elabora novas regras do jogo, elogiando a descontinuidade e o movimento.”

Se as construções espaciais de áreas verdes, os movimentos corporais, as atividades em grupo e a ética comportamental reiteram um fazer-ser paulistano, mas podem ainda propor transformações nas modalidades de se habitar a metrópole, como entender então o papel que as áreas verdes desempenham nas formas de sociabilidade da metrópole? Para abordarmos essa questão, é preciso entender como as interações e a geração de sentido entre os sujeitos, e entre sujeito e paisagem são vistas e se fazem ver nesses locais. Estudar os parques em São Paulo se traduz, então, num convite a observar os regimes de interação que orientam os modos de construção de elementos visuais e estésicos nessas áreas naturais domesticadas pela cultura. Isso significa estudar as paisagens verdes em termos de seus regimes de espaço e interação, levando também em consideração o papel da corporeidade e da paisagem na configuração do sentido. Tal desafio se desdobra em 3 vias complementares de entendimento da relação sujeito-paisagem: pelo lazer, pela plástica-topológica, pela proposição de uma tipologia dos parques na cidade.

### **Entendendo a relação sujeito-paisagem (1): o lazer**

“Os parques nada significam se forem divorciados das influências concretas – boas e más – dos bairros e usos que os afetam”, mencionou Jane Jacobs, célebre autora de *Morte e Vida de Grandes Cidades*<sup>14</sup>, originalmente publicado na década de 1960. A observação é válida até hoje. Para Jacobs, apenas a função interativa dos sujeitos com o território possibilita a formação de uma identidade através do tempo. Na análise semiótica, essa ideia pode ser traduzida enquanto relação sujeito-paisagem que, por sua vez, sugere recuperar algo profundo a partir manifestações do plano de expressão. É assim que Assis Silva<sup>15</sup>, citando

---

<sup>14</sup> J.Jacobs. *Morte e Vida das Grandes Cidades*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2001.

<sup>15</sup> J.Geninasca. “Le regard esthétique”. *Actes Sémiotiques*. Documents, v.6, n.58, p.6, 1984, *apud* I. Assis Silva. “A escuta do sensível”. In: I. Assis Silva (org). *Corpo e sentido: a escuta do sensível*. São Paulo: Editora Unesp, 1996.

Geninasca, sugere que a paisagem possa ser vivida enquanto figura pelo sujeito, tendo habilidade de nos convidar a explorar o sensível que a partir dela se instaura, num encontro entre o vivido e o figural.

Essa exploração semiótica da paisagem enquanto figura, ou seja, da paisagem vista-vivida pelo sujeito, torna-se possível devido ao caminho já aberto por Greimas<sup>16</sup> propondo que a figuratividade não é um ornamento das coisas, mas sim uma tela que, graças à imperfeição ou por causa dela, possibilita um entreabrir-se que nos deixa entrever uma possibilidade de além sentido. Ao nos debruçarmos sobre a variedade de parques urbanos e nos depararmos com um encontro entre o vivido e o figural (a própria relação sujeito-paisagem) a partir de uma certa “interrupção” do movimento que predomina na metrópole, somos primeiramente convidados a analisar manifestações produzidas a partir da potencialidade plástica desses espaços da cidade. Perguntamos: Como essa potencialidade plástica é vivida pelos sujeitos? A resposta está, principalmente, nas atividades de lazer. A potencialidade plástica-topológica desses espaços é principalmente vivida pelo ócio criativo e pela fruição do espaço, que por sua vez estão longe de criarem experiências homogêneas.

Sob esse olhar, os parques não manifestam significados prontos. Sua significação abarca a presentificação dos sujeitos, o que por sua vez nos oferece a possibilidade de fugirmos das versões estereotipadas da cidade e identificarmos a busca de sentido pelos modos de viver.

Já vimos como no cerne da oposição natureza / cultura, surgem polaridades: a grande metrópole tende a ser associada ao trabalho, ao consumo, às características alimentadoras do capitalismo desenfreado. As reescrituras da natureza, por sua vez, são associadas ao seu oposto: ao descanso, ao contato com elementos da natureza, ou seja, a manifestações que presentificam o lazer no contexto do viver numa grande cidade.

Seja em áreas grandes, recobertas por grandes extensões de gramado ou em locais mais sombrios cobertos por densa arborização, descobrimos atividades variadas que se revelam hora mais praticadas, estimulando uma maior geração de sentido (como apresentações de música), horas mais repetitivas e mais características de um uso pressuposto (como as atividades de *cooper* ou os trajetos de bicicleta).

Em meio a essa variedade, as práticas de lazer nos parques revelam-se ainda promovendo diferentes graus de socialização e aprendizado. Dos esportes à leitura, do passeio com cães

---

<sup>16</sup> A.J.Greimas, *op.cit.*

à contemplação do espaço, os modos de presença e de sociabilidade permitem a identificação de formas de se habitar a cidade que em grande parte diferem dos demais espaços planejados (em sua maioria, privados). Essas formas podem ser coletivas ou individuais; podem ser culturais ou esportivas; podem ser meditativas ou educativas. Em todos os casos, os modos de presença tangenciam, necessariamente, o convívio com o outro, seja ele sujeito ou paisagem.

Nessa dinâmica capaz de promover formas de sociabilidade, o traçado de cada parque (a configuração eidética, cromática, matérica e topológica de sua paisagem) é em grande medida homologada à construção das práticas predominantemente de lazer. É por essa homologação (entre outros fatores) que os parques se tornam laboratórios de comportamentos. Um laboratório, portanto, das relações sujeito-paisagem que acaba contribuindo para a organização social, para a construção de modos de se habitar e viver.

### **Entendendo a relação sujeito-paisagem (2): a plástica topológica**

Se a semiótica topológica é revelada como a descrição, produção e interpretação das linguagens espaciais,<sup>17</sup> ao analisarmos as paisagens verdes da cidade, nos encontramos diante de um objeto polissêmico, por um lado imediatamente apreendido como efeito de sentido, mas por outro, apresentando a necessidade de desarticularmos o todo em suas partes constitutivas para melhor compreendê-lo. Assim, na medida em que se analisa a relação sujeito-paisagem nos parques públicos, identifica-se e “desarticula-se” os diferentes aspectos da topologia, dos usos e modalidades presentes nesses espaços. É certo que, nessa desarticulação, não basta elencar os objetos que compõem cada espaço. Necessário é identificar propriedades comuns, que por sua vez configuram determinadas relações.

Diferentes características físicas encontram-se inscritas em diferentes formas de se conceber o espaço, investindo nele diferentes valores e papéis actanciais, bem como usos pressupostos desse lugares – o passeio, a fruição, a prática esportiva. Alguns exemplos se fazem bastante evidentes: os tipos de pisos (como no Parque Trianon, na Av. Paulista), apresentam inclinações e largura de suas ruas pouco adequadas para o passeio com bicicleta;

---

<sup>17</sup> *ibidem*, p.116.

outros (como o Parque Zilda Natel) são propositalmente construídos para a prática do esporte e abrem poucas possibilidades para demais atividades.

Em diversos outros casos, usos são adaptados pelos usuários. No Parque Linear Aricanduva, construído na beira do complexo de vias expressas do bairro da Zona Leste da cidade, a calçada, o viaduto e as árvores transformam-se em suporte para jogos, brincadeiras e socialização, promovendo uma forte reescritura, através da prática, destes espaços que nada tinham a ver com o lazer. O canteiro central transforma-se em parque não apenas pela nomeação oficial do poder administrativo, mas sobretudo pela forma como os usuários interagem entre si no espaço, semantizando-o. São manifestações que tornam os parques laboratórios de novas formas de sociabilidade, uma vez que o espaço aberto permite encontrar novos usos para seus lugares, configurando, assim, microespaços diferentes do macroespaço original.

Esses breves exemplos nos mostram que a análise das características plásticas e topológica nas áreas verdes da cidade não leva a uma definição já pronta dessas regiões. Muito menos conduz a uma associação direta com a plenitude de sentido na medida em que podem romper com o aspecto “funcional” do restante da cidade (algo que planos de urbanização freqüentemente tendem a justificar, encarando as áreas verdes como “dádivas” à população). Como veremos mais adiante, na interação habitante-lugar, não encaramos os sujeitos urbanos como personagens caracterizados pela “carência” de sentido, ancorados às rotinas do cotidiano, como se a salubridade e o sentido pleno estivessem exclusivamente associados ao encontro desses sujeitos com as paisagens verdes. A estereotipia tende a conectar o “não-urbano” (natureza) à saúde e a vida plena, enquanto que a insalubridade, o funcional, o automatizado caracteriza, estereotipicamente, o restante da cidade. Ao analisarmos a plástica-topológica e as interações habitante-lugar desses lugares, notaremos que os parques não estão separados do restante da cidade. Mas manifestam uma potencialidade plástica a ser apreendida que, por sua vez, coloca o sentido em mutação.

A análise da plástica topológica (+ práticas) e a ‘fuga’ da estereotipia nos leva a apreender a participação dos sujeitos na criação de grande parte da figuratividade dos parques, revelando assim uma (re)semantização desses lugares e, talvez, da imagem da metrópole. E nos leva a assumir que, mais do que condenado ao sentido, o sujeito é construtor de seu próprio sentido. Portanto, enxergar a cidade enquanto cidade vivida é ver o sujeito, em

diversos momentos, enquanto seu próprio destinador e não simplesmente como receptor da intencionalidade do outro.

Quando os processos comunicativos na cidade são demasiadamente controlados ou quando impossibilitam o surgimento de uma variedade coesa de estratégias comunicativas; quando a comunicação é encarada como estrutura e não como processo, maiores são as possibilidades de geração de não-sentido. Daí a importância dos espaços públicos no estímulo a relações que oferecem um laboratório ao exercício, ao mesmo tempo de resistência à verticalidade e de movimento das práticas de vida. É nesse sentido que, consciente ou inconscientemente, os encontros nos parques públicos podem antecipar novas modalidades do habitar: mais do que “pulmões verdes”, os parques públicos se apresentam como ‘pausas’, como possibilidades de reorganização, como estimuladores de equilíbrio entre o contínuo e o descontínuo, características fundamentais para a sustentabilidade da metrópole. Como veremos mais adiante, poderíamos dizer, no jargão semiótico (Landowski, 2009), que há, nos parques ampla possibilidade para a promoção do diálogo entre, de um lado, os regimes de programação e manipulação (estratégias e processos mais previsíveis, de ordem, de causa e efeito e, nesse sentido, tendem a seguir determinado planejamento e garantir a segurança) e, de outro, os regimes de acidente e ajustamento (ações mais imprevisíveis e, por isso, mais arriscadas, onde o corpo se coloca em devir, se lança ao desconhecido, conversa com o acaso, se entrelaça, se adapta e se conecta com seu entorno). Quando esse diálogo (entre estrutura e devir) é, de alguma forma tolhido ou não se concretiza nas cidades, é sinal de que seus espaços públicos estão em crise.

### **Entendendo a relação sujeito-paisagem (3): uma tipologia dos parques na cidade**

Ema das obras de Eric Landowski que mais embasou o desenvolvimento desta pesquisa foi *Interacciones Arriesgadas* (2010). O livro contribui para um entendimento das interações que geram sentido, sugerindo uma apreensão desse sentido a partir da relação e compreensão, ao mesmo tempo inteligível e sensível de nossa experiência com e no mundo. Já há alguns anos, Landowski empreende um esforço de descrição teórica de princípios elementares relativos à maneira pela qual o sujeito constrói suas relações com o mundo,

com o outro e consigo mesmo. O pesquisador configura, a partir da identificação e formalização de relações, quatro regimes de interação (programação, manipulação, acidente e ajustamento) que se intercambiam nas distintas práticas sociais ou mesmo em uma única delas, formando um sistema dinâmico que permite deslocamentos de um ponto a outro, bem como a sua conjugação. Os regimes de interação correspondem, assim, a formas de agir dos actantes uns sobre os outros, a partir de dois grandes modos de “estar no mundo”, o *fazer ser* (modos de existência) e o *fazer fazer* (modos de ação). Correlacionados a esse dois eixos, Landowski identifica, respectivamente, os regimes da programação e do acidente, da manipulação e do ajustamento. (Yvana, texto compós).

Esse modelo apresentado por Landowski capaz de dar conta da diversidade de modos de emergência do sentido revela que o sentido é algo tão plural quanto a variedade de interações possíveis entre o mundo e seus sujeitos. Isso significa, no caso das áreas verdes da cidade, que a partir de determinada organização espacial, cada pessoa pode habitar um mundo totalmente distinto. Ou seja, não existe nenhuma constrição relativa à maneira pela qual o usuário de um parque apreende, vive e significa esse espaço. Cada um pode criar uma infinidade de mundos (e de parques) em função de sua cultura ou centros de interesse na vida. E cada regime de interação é, em si mesmo e em suas correlações, algo complexo e polissêmico. Por outro lado, mesmo diante dessa pluralidade, é possível identificar usos e práticas a partir de critérios comuns o que, por sua vez, torna esses usos e práticas interdefiníveis e nos permite pensar nos princípios subjacentes à relação sujeito/paisagem. O desafio está em identificar que, mesmo distintas, essas configurações se entrelaçam e dialogam entre si.

É nessa direção que Landowski avança em *Regimes de Espaço* (2010), uma obra posterior a *Interações Arriscadas*. O autor sugere que, a partir da interação com o mundo a nossa volta, construímos configurações que tornam o espaço significativo.

Seguir as propostas de Landowski em *Regimes de Espaço* nos ajuda então a compreender as relações sujeito/paisagem, ou seja, a compreender como os parques se traduzem, no plano da expressão, em práticas que definem o modo de vida paulistano.

## Ler o espaço

Contribuindo para explorar as interações que definem uma relação sujeito/paisagem, Landowski apresenta dois possíveis caminhos: ler o espaço como espaço operatório (principalmente ligado ao uso e às funções) e, como alternativa, adotar uma abordagem mais poética/prática. O primeiro caminho tem como referência a obra de um dos principais semioticistas do espaço, Manar Hamad, em especial dois de seus livros: *Lire L'espace e Palmyre*.<sup>18</sup> A leitura do espaço como espaço operatório poder ser exemplificada por uma sala de seminário, onde a cabeceira da mesa outorga à pessoa que a ocupa uma posição de autoridade. “E, se isso é assim, se deve ao fato de que a disposição / arranjo dos lugares analisados traduz, no plano da expressão espacial, uma distribuição já convencionalizada do ‘poder’, do ‘saber’ e do ‘dever’; e por esse caminho a leitura contribui para a estabilidade das relações hierárquicas entre os participantes”.<sup>19</sup>

De maneira semelhante, na casa japonesa tradicional, a distribuição dos quartos permite ao anfitrião da casa expressar, de maneira não verbal a natureza das relações sociais que ele mantém com cada um de seus visitantes. De modos geral, estamos diante de um espaço topologicamente modalizado e posicionalmente modalizador que não tem, aparentemente, outra função se não a de se constituir como suporte das manipulações intersubjetivas destinadas a serem exercidas nesse âmbito.

Ora, nos parques, existem configurações que podem ser lidas de maneira semelhante. Tomemos como exemplos as pistas de cooper, os playgrounds, as faixas que delimitam as áreas dos ciclistas e as pistas de skate. São construções que fácil e visivelmente apresentam e delimitam sua função (definidos pela sinalética, pelo hábito, pela prática dos demais usuários). Pista de skate é para andar de skate, não para tomar sol. Banco é lugar de assento; não serve para jogar bola.

A questão é que os parques não se configuram apenas por sua forma-função. Um bom exemplo é o que aconteceu com a Marquise do Ibirapuera, projetada por Oscar Niemeyer, originalmente um espaço vazio, de passagem entre um prédio e outro. Nos últimos anos, o

---

<sup>18</sup> M. Hammad, *Lire l'espace, comprendre l'architecture. Essais sémiotiques*, Paris-Limoges, Geuthner-Pulim, 2006, 372 p.; Palmyre. *Transformations urbaines. Développement d'une ville antique de la marge aride syrienne*, Paris, Geuthner, 2010.

<sup>19</sup> E. Landowski, “Régimes d'espace”, in: *Nouveaux Actes Sémiotiques. Recherches sémiotiques*, 2010. Disponível em: <<http://revues.unilim.fr/nas/document.php?id=3344>>

local se transformou numa pista de skate e patins em grande medida devido a seu piso liso, propício para essas práticas esportivas. Atualmente, o local é “oficialmente” um lugar de patinação, sendo inclusive assim divulgado na programação do parque.

Algo assim mostra que a plástica topológica dos parques certamente apresenta uma dimensão operatória. Mas a partir dos objetivos propostos para esta pesquisa, não caberia restringir a análise unicamente a essa dimensão, uma vez que outros tipos de relações sujeito/paisagem visivelmente se configuram principalmente pelo lazer. Segundo Landowski, se estamos diante de um espaço topologicamente modalizado e posicionalmente modalizador, faltaria explicar como, com a ajuda de que dispositivos *sensorialmente perceptíveis* (grifos do autor), o estatuto modalizado e o poder modalizante dos elementos constitutivos de um espaço se traduzem em formas manifestas imediatamente legíveis ou intuitivamente captáveis por qualquer sujeito, de forma a configurar uma interação e geração de sentido. E isso se aplica especialmente aos parques. Novamente citando Landowski,<sup>20</sup>

“A não ser que os visitantes ou usuários de um parque sejam todos semioticistas capacitados a fazer uma análise actancial e modal em boa e devida forma para que assim o espaço modal possa manipular-los eficazmente, é necessário que de uma ou outra maneira esse espaço lhes fale de si mesmo por sua *organização material* (grifo nosso)”.

Necessário, portanto, é analisar as qualidades sensíveis dos elementos espaciais e avaliar as operações que podem explorar as propriedades físicas a partir das quais o poder modalizante de um determinado espaço é exercido. No caso da marquise, foi claramente o piso extremamente liso, a extensão, as curvas e a cobertura do lugar que ‘criaram’ a pista de skate.

É certo que, nesse aspecto, *Palmyre* (a outra obra de Hammad) oferece mais subsídios que *Lyre l’espace*. Por um lado, procura entender e explicar como diferentes propriedades materiais inerentes a uma série de elementos presentes e operantes no espaço físico de uma cidade se convertem em funcionalmente pertinentes do ponto de vista da constituição dessa

---

<sup>20</sup> *Ibidem*.

mesma cidade enquanto espaço social, ou seja, fazendo sentido. É uma abordagem que se aproxima da de Kevin Lynch em *A Imagem da Cidade*,<sup>21</sup> a qual identifica uma ordem pragmática das coisas, uma ‘forças’ a partir da qual surgem mecanismos que regulam as interações que ocorrem entre os próprios elementos com os quais os homens fabricam seu espaço. As propriedades materiais podem assim permitir o surgimento de verdadeiras regularidades sobre diversos planos.

A “desvantagem” dessa abordagem é que, de certa forma, deixa em segundo plano a multiplicidade de possíveis interações e sentidos que podem surgir em um lugar. Para Landowski, algo mais poderia enriquecer a análise voltada para a significação do espaço e esse “algo mais” se encontra num patamar de análise que não descarta a dimensão operatória de significação do espaço (baseada principalmente no uso e na função), leva em consideração as propriedades materiais dos elementos constituintes, e dá um passo além ao observar o desempenho do corpo, propondo assim uma abordagem prático-poética que, na análise dos parques, permite dar conta de um entendimento das práticas de vida impulsionadas principalmente pela fruição e pelo lazer.

Isso faz sentido uma vez que o lazer, em áreas abertas, está longe de se desenvolver unicamente dentro de um espaço operatório. Uma visão como essa limitaria o próprio alcance do lazer. Ou seja, as pessoas não fruem do espaço sempre da mesma maneira ou exatamente a partir das configurações em que ele foi construído. Nem sempre seguem à risca seu traçado e programação. Na fruição do espaço pelo lazer, não estamos tratando de uma regulação rigorosa das interações entre os elementos.

Pergunta-se, então, que tipos de interações são promovidas nesses contextos? Como a potencialidade plástica-topológica é vivida pelas práticas voltadas para o lazer? É o que veremos a seguir por meio de uma proposição de uma tipologia de parques a partir dos regimes de interação e sentido. Mais do que uma abstração, a compreensão dessa interação prática/poética pela fruição pode contribuir para o desenvolvimento de estratégias das áreas verdes urbanas.

---

<sup>21</sup> K. Lynch. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

## **Parques de passeio – um espaço contínuo em um mundo bem circunscrito**

Durante 30 anos, o Jardim da Aclimação, muito maior do que é hoje o Parque da Aclimação, era importante atração na capital. O local servia tanto para o desenvolvimento e pesquisa de atividades agropecuárias (como quarentena de gado, atividades hípicas, posto zootécnico) como para o desfrute dos visitantes: podia-se beber leite tirado na hora, visitar o zoológico (o primeiro da cidade) e andar de canoa no lago.

Atividades semelhantes faziam parte do Parque Fernando Costa criado em 1929. Algumas décadas antes (entre 1904 e 1911), o local já funcionava como Escola de Pomologia e Horticultura. No final da década de 1920, o local passou a abrigar a Diretoria de Industria Animal. O local desenvolveu-se tanto pelas pesquisas agropecuárias, como pelas atividades de lazer.

Algumas palavras escritas pelo viajante francês Paul Adam em 1914 sobre o Jardim da Luz revelam mais sobre a interação sujeito-paisagem nos primeiros parques de São Paulo:

"Aos domingos, no Jardim da Luz, é agradável ver esse povo energético, bem trajado, entregar-se aos prazeres da ginástica e da patinação, por entre o emaranhado das mais belas árvores tropicais, diante dos quiosques onde as mulheres em sua elegância saboreiam sorvetes, bebem refrescos. É a vida sadia e limpa".

O que esses parques têm em comum é o fato de que, à época de suas construções, a potencialidade plástica desses lugares era vivida principalmente a partir da configuração de um tecido de relações constantes e previsíveis. Na medida em que nesses parques predominava o chamado estilo paisagístico moderno, os ambientes verdes eram incorporados à urbanidade não apenas pela necessidade de sanear, organizar e embelezar a cidade, como também pela necessidade de se difundir boas práticas de civilidade.

Nesses ambientes, a fruição no tempo livre se dava por percorrer um trajeto e pelas possibilidades de encontro que esse trajeto oferecia. Cultivava-se o flunar e o jogo entre ver e ser visto. Estar no parque se traduzia também no pertencimento a um ambiente citadino. Muito característica das concepções do moderno, a necessidade de se instaurar (e afirmar) a doxa social (os hábitos e bons costumes), encontrava campo apropriado nessas áreas verdes. Com seus caminhos curvos, coretos, bancos para se sentar, fontes e obras de arte em jardins milimetricamente planejados ou sedutoramente sinuosos.

Nesses parques de passeio, a diversidade que satura um espaço se converte em unidade na cidade. Parque e cidade permanecem, assim, sem vazio: de uma borda a outra tudo é significativo e tudo tem uma função que visa à manutenção do bom costume e do hábito civilizado. A cidade (e, portanto o parque) são vistos como um tecido de relações constantes, previsíveis e previamente acordadas.

Curiosamente, não é isso que acontece nesses parques hoje. Da manifestação de um espaço ajardinado que enfatiza a compreensão do mundo como um tecido de relações constantes, esses espaços tiveram que adaptar-se a uma diversidade de gostos e práticas que mudaram consideravelmente as formas de sociabilidade ao longo das décadas. De uma relação sujeito/paisagem baseada na continuidade, esses parques viram a cidade desenvolver uma relação baseada na não-continuidade. Os parques das *belle époque* paulistana passaram necessariamente por uma adaptação, apesar de seu plano paisagístico original ser mantido. E é nessa transição que se nota como a materialidade pode ser fruída de diversas maneiras pelos sujeitos.

Com o passar do tempo, foi necessário, até certo ponto, possibilitar nesses espaços uma maior diversidade de usos para atender a outras formas (mais contemporâneas) de lazer. O zoológico não existe mais no Jardim da Aclimação (hoje Parque da Aclimação). Em sua entrada há um grande mural de grafite. O Parque Trianon se conecta aos finais de semana com uma feira de artesanato e de antiguidade que ocorrem em seu entorno imediato. Mais recentemente também se conecta à ciclofaixa aberta aos domingos em diversas ruas da cidade, inclusive na av. Paulista onde está localizado o Trianon. Suas ruas, curvas e cobertas por pedras portuguesas não são mais utilizadas para o flunar. Recebem, por outro lado, praticantes de cooper e de atividades físicas voltadas para a saúde. Ao redor da fonte, ocorrem aulas regulares de Lian Gong. O Jardim da Luz divide seu espaço entre diferentes públicos e classes sociais, algo decorrente da degradação do bairro e do fato de que no parque está localizada a Pinacoteca do Estado, museu de ampla visitação, mas que praticamente não interage com a maioria dos frequentadores do parque. No Parque Buenos Aires, a pista de cooper foi criada, pela própria utilização de seus usuários, no entorno do parque. Isso sem contar com os aparelhos de ginástica e pontos de coleta seletiva presentes nesses parques, algo impensável há 70 anos.

A fruição desses espaços, na interação sujeito-paisagem encontra-se assim entre um aproveitamento do traçado e equipamentos originais e uma amplificação da diversidade das atividades oferecidas por esses espaços. A potencialidade plástica-topológica é fruída entre as características do contínuo e do descontínuo; na transição entre um espaço ordenado e um espaço a se descobrir.

### **Parques diversificados – o espaço (não-contínuo) a se descobrir**

A fruição do espaço pela não-continuidade é característica principal de outro grupo de parques na cidade, nos quais a potencialidade plástica é inicialmente vivida pela diversidade. Em parques como Villa Lobos, Ibirapuera e Juventude, em suas quadras de esporte, pistas de corrida, bibliotecas, playgrounds, diante de lanchonetes, nos bosques, sob as árvores ou na amplitude dos gramados, o corpo pode passar de um ambiente a outro, de uma plasticidade a outra, escolhendo em qual contexto conviver e se acomodar.

Parques diversificados (ou da não – continuidade) convidam à descoberta das mais diferentes atividades e, assim, abarcam diferentes públicos e diferentes idades. Áreas de tamanho significativo e com uma combinação de diferentes espaços (abertos, fechados, para esporte, para leitura...) esses parques podem parecer ‘desorganizados’ pela multiplicidade de atividades que oferecem: pedestres, atletas, ciclistas, patinadores, eskatistas; pessoas com cachorros, com carrinhos de bebê. Os playgrounds estão cheios de crianças das mais diferentes idades. Nos gramados, casais de namorados, um grupo praticando yoga, um pai ensinando o filho a empinar pipa. Alguém lê recostado no pé da árvore; outra pessoa toca violão. Na quadra esportiva, os amigos se juntam para uma partida de basquete.

Por detrás dessa aparente “desordem” , os parques da diversidade (ou da não-continuidade) têm seu espaço experimentado pelo movimento dos corpos. Há uma coordenação dinâmica em se fazer junto, um fazer concomitante e recíproco entre sujeitos ou entre sujeitos e paisagem. A organização surge então não a partir de uma continuidade com a cidade, mas por uma interação entre sujeitos e atividades onde se combinam ritmos e relações de

reciprocidade. Nos parques da diversidade, para que haja entendimento e possibilidade de sentido, é preciso criar, a partir da variedade, das diferenças e dos encontros, microespaços notáveis. A diversidade, assim, é capaz de romper com a monotonia do tecido e introduz uma zona carregada de valor.

Nota-se, dessa forma, que a potencialidade plástica dos parques da diversidade é em grande parte apreendida por um entrelaçamento com o espaço. Uma coordenação dinâmica de ‘fazer junto’. Parque e sujeito, ou sujeito e sujeito – cada um sente o sentir do outro a favor de uma relação direta, corpo a corpo, criando-se um ritmo próprio pelo contágio. Em outras palavras, por um processo interacional que possibilita uma pregnância estésica, uma formação que se auto-organiza pela fruição do corpo. E nesses parques da diversidade há espaço para todos: idosos, adultos, crianças... música, teatro, atividades físicas, cada um criando seus “nichos de convivência” em meio à diversidade, para assim gerarem sentido.

### **Parques conservacionistas - o espaço (descontínuo) da ruptura e do assentir**

Uma observação: para que a organização entre sujeito e paisagem se efetive, ou seja, para que o ajuste entre corpos e entre corpos e paisagem seja criada nos parques da diversidade, freqüentemente é necessário que outro movimento se dê: a surpresa de se estar numa área verde. E essa surpresa, advinda de uma ruptura com o contexto urbano e posterior imersão numa área vegetada, apesar de presente até certo ponto em todos os parques, é mais intensa nos parques conservacionistas, aqueles que se caracterizam como reservas florestais. Isso se dá porque a potencialidade plástica desses lugares pode ser (ou é mais diretamente apreendida) pela ruptura (e não pela continuidade) com a cidade.

Se os parques de passeio se colocam em continuidade; os parques da diversidade na não-continuidade, são as reservas de mata nativa que introduzem a fruição do corpo pela descontinuidade. Espaços de ruptura com a cidade, radicalização das paisagens de contraste, é nesses espaços que a descontinuidade com a cidade se torna mais evidente. A apreciação se dá, quase que exclusivamente, com o contato com a natureza. Trilhas de terra batida, muitos animais que não se vê na cidade, silêncio, canto dos pássaros. Grandes árvores, proximidade com a água, atividades de educação ambiental e a preservação é prioritária ao

lazer. Num primeiro momento, há a surpresa característica do evento estético e sua ruptura com o conhecido. Depois, uma adaptação. Adentra-se o deslumbramento, a pausa no ritmo cotidiano, o espaço da fratura, do silêncio, da quebra com o ritmo da cidade.

A fruição se da, dessa forma, por uma seqüência entre ruptura e assentimento do corpo. Com poucos equipamentos de esporte, o corpo traça seu caminho e seus movimentos num lugar que procura estabelecer contato com a natureza mais intocada.

Diante disso, tangenciamos mais uma vez a multiplicidade de sentidos que nos oferece uma abordagem prático-poética do espaço. Uma vez o corpo “assentido” (concordando) com a dinâmica do lugar, o fruir desses espaços na relação sujeito-paisagem pode se manifestar de diferentes formas (mais programado, mais livre; mais voltado para o uso ou mais voltado para a prática), passando, em algum momento, pelo contato corporal com o meio: pela sombra de uma árvore, pelo encontro com amigos; pela inspiração profunda de ar puro. O sujeito constrói, assim, o significado junto com a paisagem.

### **Parques esportivos e lineares - o espaço não-descontínuo e a continuidade com a cidade**

Os parques lineares implantados nos últimos 10 anos na cidade, caracterizam-se pela intervenção urbanística associada à proteção de cursos d'água e tem como principal objetivo proteger e recuperar esses córregos, além de controlar enchentes e propiciar áreas verdes destinadas a atividades culturais e de lazer onde elas são escassas. Seu traçado convida usuários a percorrerem uma extensão longa e ‘linear’, uma vez que esses parques são construídos ao longo das margens dos córregos. A linearidade é desenhada em grande medida por ciclovias e faixas para caminhada.

Também se destacam, nos parques lineares, equipamentos esportivos, o que é semelhante ao destaque dado em parques esportivos como o Parque das Bicicletas e o Parque Zilda Natel (skate) e que, por sua vez, revela uma possibilidade de fruição do espaço baseada num *fazer-fazer* e num *saber-fazer* (modalização baseada na manipulação), enquanto que os parques de passeio se baseiam num *fazer-ser* (baseada na programação), os parques mistos num *fazer-sentir* (ajustamento), muitas vezes em decorrência da fruição do ambiente

característicos dos parques conservacionistas que rompem com a dinâmica urbana (acidente).

Como os equipamentos esportivos predominam nesses parques; como há uma conexão com o entorno (uma vez que a maioria não é cercada como os demais parques da cidade), a fruição do espaço se dá pela não-descontinuidade e por um saber fazer e participar das práticas esportivas que o espaço estimula e oferece: skate, bicicleta, caminhada, jogo de bola... Em alguns momentos, esses locais podem aproximar-se da programação e do espaço da continuidade, uma vez que o esporte também pode se tornar atividade programada e que a construção desses espaços remete, de certa forma (porém em outro tempo) à construção dos parques de passeio do início do século XX: são intervenções urbanísticas que visam não apenas sanar problemas resultantes da falta de obra e infraestrutura (limpeza de córregos e de suas margens, acúmulo de lixo e entulho, enchentes), como também promover, entre os sujeitos que frequentam o lugar, a inserção de novos hábitos, de um estilo de vida mais ‘saudável’ e ‘coerente’ com a cidade global que São Paulo almeja ser. Essa transição entre um lugar de fazer-fazer e ..... novamente revela a multiplicidade de sentido que pode advir desses espaços da cidade.

| <b>Parques de passeio – um espaço contínuo e um mundo bem circunscrito</b>  | <b>Parques conservacionistas – o espaço (descontínuo) da ruptura e do assentir</b>   |
|---|--|
| <p>Construídos no final séc. XIX e início séc.XX<br/>Ruas pavimentadas (pedras portuguesas, terra ou asfalto) geralmente pouco propícias (pela textura, curvatura ou inclinação) para a prática de esportes contemporâneos;<br/>Jardins minuciosamente planejados, simétricos ou sinuosos, promovendo o ‘ver e ser visto’ como forma de fruição do espaço.<br/>Adaptação das estruturas para atividades contemporâneas – pista de cooper, equipamentos de ginástica pontos de reciclagem - aproximando-se dos parques da diversidade (mistos, não-contínuos).</p> <p>Fruição do espaço se dá principalmente pela afirmação da cultura e da continuidade.</p> <p>Exemplos: Luz, Trianon, Buenos Aires, Água Branca, Aclimação.</p> | <p>Presença de grandes fragmentos de mata nativa; Maior parte das ruas não é pavimentada (são de terra com cascalho); grande presença de trilhas. Presença de animais silvestres, cheiros e sonoridades radicalmente distintos do restante da cidade.<br/>Poucos equipamentos esportivos; maior presença de fragmentos que se assemelham à natureza ‘intocada’. Predominância de bosques. Efeitos de sentido são criados, predominantemente, pela surpresa / deslumbramento de se estar num lugar distinto do tecido contínuo da cidade; convite ao corpo assentir a um ambiente novo.</p> <p>Fruição do espaço se dá principalmente pela descontinuidade com o ambiente citadino.</p> <p>Exemplos: Cantareira, Ecológico Cantareira, Jardim Botânico, Alfredo Volpi, Ecológico Tietê.</p> |

|  |  |
|--|--|
| <p><b>Parques esportivos e lineares – o espaço não-descontínuo</b></p> <p>Parques com equipamentos e pavimentação propícios para práticas esportivas. Intervenção urbanística que procura conectar áreas (antes degradadas) ao planejamento urbano. ação é manipulada (um querer fazer) a partir dos equipamentos esportivos disponíveis. Predominância de áreas abertas e ensolaradas (poucos bosques).</p> <p>Fruição do espaço se principalmente pelo <i>saber fazer</i> uma prática esportiva, ou pelo fazer fazer algum esporte, uma vez que a configuração desses espaços na maioria das vezes se restringe a essas atividades e assim conectam cidade e lazer.</p> <p>Exemplos: Parque do Povo, Parque das Bicletas, Zilda Natel, Parques Lineares.</p> | <p><b>Parques diversificados (ou mistos) – o espaço (não-contínuo) a se descobrir</b></p> <p>Parques de tamanho grande, com ruas e ambientes propícios para o desenvolvimento de uma variedade de atividades esportivas e culturais: desde corrida, passeio de bicicleta e jogos de bola a apresentações musicais e teatrais. Vegetação implantada de forma a construir um mosaico de ambientes mais iluminados e abertos (gramados) e mais sombrios e reclusos (bosques).</p> <p>Fruição do espaço se dá pelo convite dos sujeitos a criarem microespaços adaptando-se ao entorno e a demais sujeitos, criando juntos, um outro lugar, ‘diferente’ da cidade.</p> <p>Exemplos: Ibirapuera, Villa Lobos, Juventude</p> |
|--|--|

### **Do quadrado à elipse: a multiplicidade de sentidos**

Poderíamos agora perguntar como uma tipologia dos parques na cidade poderia contribuir para embasar estratégias de planejamento e gestão desses espaços. Em outras palavras, poderíamos perguntar como a análise das interações sujeito-paisagem por meio de uma abordagem prática-poética poderia contribuir não apenas para um entendimento das formas de sociabilidade características da metrópole, como também para gerir a crise que a cidade enfrenta diante de seus espaços públicos.

A resposta está, num primeiro momento, na configuração do quadrado semiótico, um modelo teórico-metodológico que permite sistematizar visualmente relações de contradição, de contrariedade e de implicação. Fundado em operações lógicas, o quadrado semiótico estrutura-se, inicialmente, a partir de uma relação de contrariedade entre termos em que um se define por oposição ao outro numa mútua pressuposição. Na tipologia proposta para os parques da cidade, os parques de passeio (continuidade com a cidade) se opõem aos parques conservacionistas (descontinuidade com a cidade).

O quadrado envolve também uma operação de negação de um termo pelo outro, ou seja, uma relação de contradição de uma categoria pela outra definida pela ausência dos traços

de uma na outra. Nos parques mistos (não-contínuos) há, em certa medida, uma ausência da continuidade, enquanto que os parques esportivos (não-descontínuos) procuram uma reintegração com o ambiente urbano, mostrando, portanto, uma ausência de descontinuidade (diferente dos parques conservacionistas, onde a descontinuidade é característica principal). A última etapa de construção do quadrado prevê uma relação de implicação ou complementaridade entre os termos, agora, a partir da possibilidade que existe da negação de um produzir a asserção do outro. Na construção de microespaços pelo contato e pela fruição, os parques mistos (não-contínuos) podem gerar ambientes totalmente descontínuos ao entorno citadino, enquanto que os parques esportivos (não-descontínuos), em sua dinâmica local podem chegar a uma continuidade com a cidade.

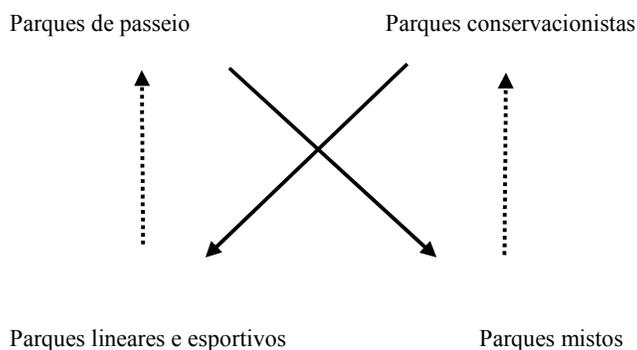
Diante disso, uma das mais importantes contribuições do quadrado é mostrar não apenas como os regimes de interação se interdefinem, mas também como se intercambiam em práticas sociais. Essa interdefinição e esse intercâmbio nos mostram que os regimes de interação propostos por Landowski não se definem substancialmente (em si, isoladamente), mas sim a partir de uma rede de relações. Mais do que as posições em si mesmas (se o parque é de passeio ou se é esportivo), o que se destaca é a rede de relações que o quadrado apresenta. Isso retoma a noção de que o significado advém, justamente, das relações. E essa interrelação entre os parques paulistanos revela a pluridimensionalidade e a polissemia das possibilidades de geração de sentido com as quais podemos lidar, o que se torna especialmente visível ao abordarmos os parques da cidade por uma via que considera que o estatuto social desses lugares surge a partir da construção efetuada pela sociedade. Ou seja, para a gestão dos parques urbanos, em nada adianta considerarmos que são parte da ‘natureza’ e nem restringir a análise a um lugar que se pedala e outro que se joga basquete. Mais útil é procurarmos entender a construção que a sociedade faz desses espaços em diferentes situações.

A partir daí, a pesquisa aborda as paisagens verdes do ponto de vista prático-poético, enfatizando que os parques podem ter características comuns, mas que o sentido pode ‘transitar’ de um tipo de parque a outro, enfatizando a noção de que o sentido não é estanque, não está “fechado” objetivamente nas coisas, muito menos está completamente submetido à pura subjetividade das pessoas. Entre uma total objetividade determinista e uma subjetividade totalmente relativista, há uma versão transversal para a qual o sentido

depende do olhar do sujeito, mas apenas dentro dos limites das estruturas imanes dos próprios objetos levados em consideração. Assim, uma tipologia dos parques na cidade leva em consideração dois aspectos da realidade: as diferenças qualitativas das propriedades sensíveis inerentes a esses lugares e o regime de captação do sentido que os sujeitos adotam frente às possibilidades de fruição desses espaços, em última instância, para dar-lhes sentido. Importante é notar que os desdobramentos dessa abordagem colocam o enunciador (seja ele o poder público na definição de uma programação; seja ele o frequentador de um parque na escolha das atividades desenvolvidas) não apenas como observador, como também enquanto corpo comprometido em um jogo de relações dinâmicas com os elementos das paisagens verdes. Em última instância, podemos sugerir que esse corpo que se coloca diante da polissemia de possibilidades de geração de sentido contribui para a transformação do quadrado em um diagrama infinito. O diagrama infinito, segundo Eric Landowski em *Paixões sem nome*,<sup>22</sup>

“foi construído a partir das mesmas articulações conceituais utilizadas para organizar o quadrado semiótico, mas propõe uma série de traduções em termos de processos e estratégias que interdefinem uns aos outros. (...) Adaptado à gradualidade, tratamos de enfatizar o fato de que nos encontramos em presença de um *continuum* ao longo do qual, cada um de seus elementos pode circular livremente, ao preço de metamorfoses sucessivas, convertendo-se em algo distinto do que pensava que era.”

Do quadrado,

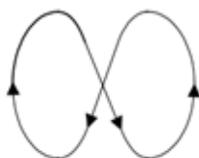


<sup>22</sup> D. Blanco. Em busca de la experiencia perdida. In: A.C. de Oliveira (org.) *Interações Sensíveis: ensaios de sociosemiótica a partir da obra de Eric Landowski*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2013, p. 163.

À elipse:

*contínuo*

*descontínuo*



*não-descontínuo*

*não-contínuo*

Tal abordagem parece ser de fundamental importância num momento em que a semiótica tem se voltado, cada vez mais, para o estudo de situações e objetos cotidianos, precisando-se desprender de um *corpus* textual de referência (textos *stricto sensu*) e preocupando-se em descrever um sentido que se dá *em ato*, seja nas experiências individuais, seja nas práticas sociais cotidianas. Nesse sentido, os regimes de interação que propõem uma tipologia de parques na cidade nos mostram que, ao mesmo tempo em que predominam determinadas práticas e características que diferenciam os parques da cidade entre si, há também uma gradualidade da geração de sentido que coloca em diálogo as possibilidades oferecidas pelas estruturas urbanísticas e a configuração dos espaços por meio das ações dos sujeitos: nos parques originalmente de passeio (contínuos), os sujeitos embutem e adaptam características não-contínuas do lazer; nos parques mistos e diversos (não-contínuos), que fomentam o encontro entre corpos e entre corpos e paisagens, os sujeitos não prescindem de uma ruptura (por mais breve que seja) com o ambiente citadino; os parques conservacionistas (descontínuos) que efetivamente rompem com a estesia característica da cidade, aproximando-se mais da natureza intocada, os sujeitos por vezes desenvolvem atividades que também os conecta com o urbano, de modo a não correrem o risco de caírem no não-sentido; e os parques esportivos e lineares, apesar de terem como estratégia predominante a manipulação dos sujeitos inserindo-os nas práticas esportivas e nos benefícios das áreas urbanizadas, por vezes têm em seus sujeitos uma reafirmação da ‘doxa social contemporânea’.

Assim, enquanto procuramos entender, por meio de uma abordagem prático-poética a relação sensível que se estabelece entre os sujeitos e potencialidade plástica-topológica com as quais interagem nos parques, e revelamos ainda que essa interação se dá por uma série de traduções graduais em termos de processos e estratégias que interdefinem uns aos outros, damos agora um passo adicional, sugerindo a importância que a corporeidade desempenha ao longo dessas metamorfoses sucessivas do sentido.

Na medida em que introduzimos como o corpo cidadão habita os parques urbanos, como se relaciona com o espaço e com os outros corpos, surge a possibilidade de identificarmos, ao longo das transições graduais que interdefinem os tipos de regimes de sentido que caracterizam os parques, a existência de um aprendizado somático dos corpos nas paisagens verdes, aprendizado este que não se produz apenas pela ruptura que essas áreas representam diante das características mais evidentes da urbanidade, mas que ocorre também a partir da repetição de convivência do corpo com as reescrituras da natureza. Nessa dinâmica, nota-se que as formas de sociabilidade nos parques da cidade respondem a uma cidade que tenta privilegiar as estruturas (mas nem sempre consegue) e não sabe (ou não consegue dialogar) com um corpo sensível em devir. Arriscamos aqui sugerir que é esse entendimento mais profundo da relação sensível do corpo com a paisagem verde que nos levará a uma nova interpretação do espaço público, possivelmente assim oferecendo assim contribuições para o planejamento e para a gestão.

\*\*

### ***III. Aprendizado somático***

É certo que o corpo, nos estudos das humanidades, tem sido palavra tão utilizada nos últimos anos a ponto de se tornar genérica e quase “sem sentido”. Para o semiótico italiano Francesco Marsciani, esta é uma das razões pela qual uma corporeidade

“desatualizada” entra em choque com o atual discurso contemporâneo sobre o corpo e sobre o valor que ele tem nas ciências da significação e da cultura<sup>23</sup>. Para contornar esse problema, Marsciani sugere buscarmos, entre os conceitos que constituem uma teoria da significação, um lugar para o corpo. Sugere que encontremos uma função-chave da corporeidade entre os conceitos da semiótica com os quais estamos acostumados a pensar. A partir desse olhar, existe então a possibilidade de compreendermos o corpo segundo suas condições de funcionamento que estão relacionadas à construção do significado. Assim, interessa-nos justamente estudar o corpo como mediação: como o corpo apreende o real e o reconstrói fazendo significado das coisas.<sup>24</sup> Seguindo a proposta de Marsciani, essa possivelmente seria uma função chave da noção de corporeidade para o entendimento da geração de significado. Longe de uma abordagem positivista, o que a semiótica aqui sugere nos leva a assumir que aquilo que o corpo sente já pertence ao universo do sentido.<sup>25</sup> O que se sente e o que se compreende não estão em dois níveis separados.

Enquanto introduzimos a corporeidade na relação com o sentido, procurando explicar as forças que tensivam e transformam essa relação, abordamos também a cidade, suas situações e objetos cotidianos, é praticamente impossível não deparar-se com o fértil diálogo que se estabelece entre o sensível e o inteligível nas práticas de vida no contexto urbano. A abordagem prática-poética adotada no desenvolvimento da tipologia de parques se deu principalmente pela característica “nata” do corpo se impor nos processos de mediação e significação.

Se o corpo é mediador, local de tradução e um lugar privilegiado de manifestações, uma vez que apresenta extraordinária capacidade de articulação entre expressão e conteúdo, abordá-lo no contexto da cidade e, principalmente, nas áreas verdes da cidade se traduz na busca de algo profundo a partir da superfície figurativa de seu discurso. Quando olhamos para os corpos em áreas verdes e de lazer, observamos um contato corpo-corpo e corpo-parque que contrasta com o contato corpo-cidade. Tomando emprestado termo de Assis

---

<sup>23</sup> F. Marsciani. *Introdução à etnossemiótica*. São Paulo: Centros de Pesquisas Sociossemióticas, 2012.

<sup>24</sup> E. Landowski. “Viagem às nascentes do sentido”. In: I. Assis Silva (org). *Corpo e sentido: a escuta do sensível*. São Paulo: Editora Unesp, 1996.

<sup>25</sup> I. Assis Silva. “A escuta do sensível”. In: I. Assis Silva (org). *Corpo e sentido: a escuta do sensível*. São Paulo: Editora Unesp, 1996.

Silva,<sup>26</sup> encontramos assim, nos parques e nos corpos que freqüentam os parques, uma “semântica encarnada”.

De forma geral, observa-se que, diferentemente do restante da cidade, há, nos parques, uma maior possibilidade do sujeito se reconhecer num corpo e, portanto, numa sensibilidade. Como vimos anteriormente, diferentemente dos espaços fechados e privados que predominam na cidade, nos parques públicos e abertos a interação não se funda apenas sobre um *fazer-crer* (modalização esta baseada na manipulação), nem sobre um *fazer-ser* (baseada na programação), mas sim sobre um *fazer-sentir* (ajustamento) muitas vezes em decorrência da fruição de eventos inesperados (acidente). O que o corpo no parque proclama não resulta, de forma geral, da persuasão entre inteligências, mas sim de um repouso sobre o contágio entre sensibilidades. Nos parques não é preciso consumir, não é preciso participar, não é preciso trocar de marcha. Basta sentir-se lá. Basta sentir-se em contato com a paisagem e encontrar, no próprio corpo, um desenvolvimento de competências estésicas (do sentir, dos sentidos) que diferem daquelas presentes no restante da cidade. Esse fazer sentir pode ser dado tanto pela fratura quanto pelo hábito – o que novamente reforça a interação entre regimes.

A partir de uma abordagem das relações sensíveis que se estabelecem entre corpo e entorno, dois caminhos se abrem para um aprofundamento no entendimento das práticas de vida e formas de sociabilidade características dos parques públicos na metrópole. O primeiro está em abordarmos esse encontro estético-estésico a partir da fratura (da surpresa, da descontinuidade) que os fragmentos de natureza representam em meio à não-natureza na cidade. O segundo está na via oposta: no encontro do corpo com a paisagem a partir da continuidade, da reiteração e do hábito.

Enquanto os parques colocam o corpo e os cinco sentidos em ação, enquanto estimulam descontinuidades no *continuum* urbano, possibilitam o convívio do corpo com uma paisagem baseada na estesia. E assim o parque convida o corpo a não apenas estar na paisagem, mas ver-sentir-ouvir a paisagem. A viver a paisagem e a cidade. Opondo-se a um ritmo funcional da metrópole que tende a esvaziar nossos gestos e a reduzir nossos pensamentos, fazendo-os tender ao estado de clichês, oferecendo cada vez mais atividades de lazer baseadas em produtos negociáveis, os parques urbanos possibilitam um

---

<sup>26</sup> *Ibidem.*

rompimento do avanço da funcionalidade, aguçando a sensibilidade, tornando a vida mais espessa, abrindo-a para um não-aqui, não-agora.

A partir desse intervalo no cotidiano e na regularidade; a partir desse rompimento com a continuidade, surgem nos parques novas maneiras de se habitar a cidade: os corpos se reúnem, se encontram, se renovam. É como se o corpo devolvesse à cidade uma de suas características primordiais: a criação de novas linguagens, a abertura de novas possibilidades de relacionamento, o desdobramento de novas idéias, o estabelecimento de um novo estado das coisas, propondo uma transformação das relações entre sujeito e objeto. Ou melhor: nessa interação, o espaço torna-se tão sujeito quanto os outros sujeitos. E ambos, enquanto sujeitos, abrem caminho para tornar a vida mais espessa, fazendo dos parques laboratórios de novas linguagens transformando a experiência e criando outros significados na cidade. Se em muitos casos jeitos característicos da cidade são transpostos ao parque (na demanda por serviços eficientes, na impaciência, na cobrança, na competição), o que impede de as práticas características dos parques (dos encontros, da interação, da cooperação) serem devolvidas à cidade?

### **Corpo, hábito e fratura**

Apesar desse tipo de interpretação ser bastante significativo para uma compreensão das práticas comunicativas e de subjetivação que se desenvolvem nos parques da cidade, seu perigo está em condenar o restante da cidade ao marasmo absoluto e a enxergar o sujeito cidadão num estado de carência (ou falta de sentido) total provocado pela rotina reiterada do cotidiano, pelo desgaste da cidade, pela total dessemantização das práticas de vida.

É claro que, apesar da corporeidade poder se deparar com momentos de deslumbramento ou afeto nos parques urbanos, uma espécie de ruptura que retira o sujeito da rotina e provoca uma relação sensível capaz de absorvê-lo por meio de uma comoção estética, revelando, assim o sentido ‘outro’ das coisas<sup>27</sup>, a cidade cinza, a cidade do trabalho, a cidade da não-natureza não pode ‘condenar’ o sujeito à falta de sentido, anestesiá-lo em

---

<sup>27</sup> E. Landowski. “De l’Imperfection, o livro do qual se fala”. In: A. J. Greimas, *Da Imperfeição*. (A. C. de Oliveira, Trad.). São Paulo: Hacker, 2002.

uma vida aplainada como se os parques fossem os últimos redutos de um “sentido sentido” (sensível).

Há uma visão alternativa para compreendermos as relações sensíveis entre corpo e entorno, de entendermos as práticas comunicativas, de subjetivação e de sociabilidade nos parques públicos da cidade: no encontro do corpo com a paisagem a partir da reiteração e do hábito. E, nesse caso, a experiência, o corpo como mediação não se constrói pela fratura / descontinuidade, mas sim pela continuidade.

Um belo artigo escrito por Yvana Fechine para o livro *Interações Sensíveis*<sup>28</sup> apresenta uma detalhada descrição do que seria essa segunda abordagem, que envolve principalmente uma ressemantização das práticas cotidianas na cidade. E essa abordagem está principalmente na interpretação que Eric Landowski faz da ‘inteligência do sensível’ apresentada na obra de Greimas<sup>29</sup>. Landowski sugere que o hábito seja compreendido como um tipo particular de sentido dependente de uma prática interacional, a partir da reiteração do próprio contato do sujeito com a paisagem, um sentido que se instaura pela frequência de ir ao parque. O semioticista francês aborda a noção de hábito como um sentido associado à ressemantização das nossas próprias práticas cotidianas. Assim como outras práticas cotidianas associadas à fruição, ‘ir ao parque’ ganha o “estatuto de práticas cuja natureza semiótica está no sentido que adquirem a cada vez que se repetem: no prazer do “fazer de novo”, no “sentir”, no “estar” com o outro numa modalidade de encontro significativa por si só (renovação)<sup>30</sup>. Pensado nesses termos como propõem Fechine e Landowski, o hábito ganha estatuto semiótico na medida em que o contato com o parque (corpo-parque) faz sentido quando há repetição, quando há atividades diversas, quando o corpo pode fazer tudo e, ao mesmo tempo, não fazer nada.

Segundo essa abordagem, a presença do corpo no parque não está ligada à insignificância das repetições ou à mesmice do dia a dia, ou ainda, a uma visão de anestesia do cotidiano – (uma estereotipia muitas vezes associada à cidade). Pelo contrário: o contato frequente entre corpo e paisagem se desdobra num aprendizado, uma espécie de sentido construído,

---

<sup>28</sup> Y. Fechine. “Ainda faz sentido assistir à programação da TV? Uma discussão sobre os regimes de fruição na televisão”. In: A.C. de Oliveira. *Interações Sensíveis*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2013.

<sup>29</sup> E. Landowski. “Passions sans nom”. *Essais de socio-sémiotique II*. Paris: puf, 2004.

<sup>30</sup> Y. Fechine. *Ibidem*.

como sugere Landowski, uma relação produzida pela apreensão contínua de um em relação ao outro.

Segundo Fechine<sup>31</sup>, o que está por trás dessa noção de hábito é, antes de mais nada, a pressuposição de que, convocado pelas qualidades sensíveis (materiais, inclusive) ou pelo apelo figurativo do objeto, o sujeito pode ir conhecendo-o melhor, apreendendo-o em profundidade, deixando-se como que se contagiar por ele, até chegar a “amá-lo”: ou seja, a “tomar gosto” por algo que tanto pode ser uma coisa, uma pessoa, uma prática. O hábito de ir ao parque é assim encarado como fruição no qual a presença conhecida do objeto é parte daquilo que faz sentido para um sujeito, um sentido que se produz no próprio contato do sujeito com um objeto que não está necessariamente associado à novidade, à ruptura do cotidiano, ao deslumbramento, mas sim à repetição.

Se investigarmos a natureza da semiose que pode ocorrer entre corpo e paisagem, notamos uma corporeidade definida enquanto presença no mundo significante<sup>32</sup>, que por sua vez desempenha uma prática corporal. Assim, andar de bicicleta, de skate, correr, dançar, ler sob as árvores ou lidar com animais em um parque são ações que fazem surgir uma semiótica da ação e da interação entre sujeitos. Reitera-se, portanto, o fato de o sentido surgir enquanto interação e relação com o outro e com um contexto. Não é por acaso que diferentes atividades terapêuticas são realizadas nesses espaços: do tai-chi-chuan que ocorre regularmente nos gramados do Parque Ibirapuera, às atividades conduzidas por voluntários com crianças deficientes no Parque Ecológico Guarapiranga, à equoterapia no Parque da Água Branca.

Por meio dessa abordagem, podemos identificar um corpo em sua performance de sensibilidade que, ao percorrer a plástica-topológica das áreas verdes, determina um lugar de pertencimento na metrópole por meio de um aprendizado somático. A sociabilidade, dessa forma, pode ser apreendida por meio de uma ação conjunta dos sujeitos que, pelo contágio estésico com o entorno, seja pela fratura ou pelo hábito, tomam para si um ou mais valores comuns a outros sujeitos e à própria cidade.

A ideia nos conduz a observar novamente um contexto sempre em mutação, um fluxo contínuo de pensamentos, significações, crenças, explicações e valores. Analisar esse

---

<sup>31</sup> *Ibidem.*

<sup>32</sup> A.J.Greimas. *Semiótica e Ciências Sociais*. São Paulo: Cultrix, 1981.

movimento é também um convite a darmos conta da intensa mutação de regimes de sentido e nos aproximarmos de uma semiótica de caráter prospectivo, capaz de projetar, a partir da análise do presente, as formas possíveis do amanhã. Não é difícil notar, nesse sentido, que parques esportivos e lineares e parques conservacionistas devem, em certas instâncias, se apoiar na diversidade de atividades e públicos com a finalidade de promoverem outras possibilidades de sentido, caso contrário correndo o risco de tornarem locais engessados, com poucas possibilidades de geração de sentido. Também não é difícil notar que os parques mistos apresentam maiores desafios na administração dos microespaços que se formam (espontaneamente ou não) a partir da adaptação dos sujeitos, controlando o perigo de se tornarem caóticos.

Tal abordagem é possível quando nos dispomos a captar o vivido do sentido em suas evoluções, desenvolvendo uma semiótica da experiência sensível, passando por uma semiótica das situações. “Enquanto sociosemióticistas, mais do que descontinuidades são as formas em vias de construção, o não acabado, o devir que nos interessa”<sup>33</sup>, esse devir dos regimes de sentido que faz significar as transformações sociais e urbanas em questão.

Seriam essas as relações entre corpos e entre corpos e paisagem capazes de contribuir para a elaboração e implementação de um novo conceito de poder político comunitário local, substituindo o princípio de competição por cooperação, assim como sugerido por Henrique Rattner em *A duração das cidades?*

#### ***IV. Contínuo e descontínuo em diálogo***

Vimos até agora como, apreendidas na dinâmica da metrópole, as paisagens verdes se fazem ver e sentir projetando uma linguagem interacional que permite “falar” não apenas de si mesmo, mas também do restante da cidade. Longe de manifestarem-se como um aglomerado de objetos naturais e de lazer, os parques falam sobre as práticas de vida na cidade e, conseqüentemente, sobre a configuração do espaço público.

Alguns aspectos merecem atenção na medida em que nos aprofundamos numa compreensão desses espaços. O primeiro deles é a inegável presença do poder público enquanto destinador (principalmente na configuração da plástica-topológica e na

---

<sup>33</sup> E. Landowski. “O olhar comprometido”. *Revista Galáxia*, n. 2, 2001.

programação dos parques), mas ao mesmo tempo, a possibilidade dos usuários em traçarem/demandarem configurações próprias e particulares. Outra característica é a impossibilidade de um único sistema programado, enquanto regime de interação, predominar num parque. A programação pode predominar em diferentes atividades, mas ela nunca determina a totalidade das atividades, algo que se dá muito a ver na medida em que observamos as mais diferentes idades e as mais diferentes atividades se encontrando em um só lugar.

Tais características se tornam importantes para o entendimento dos modos de vida na metrópole uma vez que “a sociedade significa a si mesma por meio da linguagem espacial, por meio das maneiras pelas quais a sociedade constroi o espaço, se articula e se movimenta no espaço”<sup>34</sup>. Muitas vezes se espera que os parques melhorem, renovem ou valorizem a região em que se localizam (muitas vezes se espera isso também de centros culturais); também se espera que sejam espaços “de todos”. Mais fundamental, entretanto, é entender os aspectos que unem os sujeitos a esses locais.

### **O papel da mídia online na ‘configuração’ do espaço público**

Um ponto importante que merece ser abordado na investigação é a rica interação entre, de um lado, determinados textos considerados manifestações acabadas ou totalidades de sentido e, de outro, as manifestações abertas que só se deixam captar em ato (e frequentemente estão relacionadas a esses textos) manifestações que chegam a se repetir várias vezes a ponto de se tornarem estilos de vida. Um dos exemplos desse movimento estaria na relação que se estabelece entre os discursos apresentados pelos usuários dos parques e as estratégias enunciativas apresentadas pela mídia e pelas ações da administração pública no texto midiático da metrópole.

Se, por um lado, o espaço público é criado pelos percursos que os próprios sujeitos desenvolvem ao interagirem com e nas paisagens verdes, por outro, há também uma crescente participação da mídia impressa e das ações do poder público na configuração desses textos. Em outras palavras, há uma correlação interdiscursiva entre as práticas de

---

34 A.J.Greimas, *op.cit*, pp.120.

vida nos parques e a apresentação desses parques pela mídia e pelo poder administrativo. Como veremos a seguir, a mídia e a administração municipal têm o poder de criar mecanismos enunciativos que tornam as paisagens verdes mais ou menos presentes no cotidiano da cidade e assim influenciar na configuração dos espaços públicos da cidade.

Vimos até agora como parques apresentam manifestações significantes a partir de uma dinâmica complexa forjada pelo contraste com o resto da metrópole (contraste principalmente visual, topológico e estésico); pelas manifestações voltadas predominantemente para o lazer; e pela atuação do corpo nesses espaços da cidade. Algumas características dessa dinâmica complexa são por vezes captadas pela mídia, revelando uma relação dialógica entre as práticas de vida e as ações do poder administrativo; entre o poder público e a população local. Dada essa relação - dual e constante - e considerando ainda a produção e geração de sentido nos parques públicos a partir das interações tão diversas entre o traçado desses espaços, a corporeidade dos usuários e as ações do poder público, pergunta-se em que medida a mídia torna esses espaços mais ou menos presentes no cotidiano da cidade.

Para abordarmos essa questão, revelou-se a necessidade de se ressaltar a categoria elementar que serviu como ponto de partida para que os estudos de Eric Landowski dessem conta da diversidade de modos de emergência do sentido. Trata-se da categoria que opõe o contínuo ao descontínuo. Notou-se, fundamentalmente, que os textos apresentados pela mídia impressa revelam uma relação dialógica entre essas categorias, indicando o diálogo-embate necessário entre poder público e população.

Uma apreensão midiática torna-se, assim, fundamental no entendimento de como as vivências que emergem nas paisagens verdes da cidade, como geram significado e como se relacionam com a própria dinâmica da metrópole. A mídia revela, como veremos a seguir, uma relação de confronto e embate entre o contínuo e o descontínuo que, por sua vez, desempenha importante papel na configuração do espaço público na cidade.

Entre julho de 2012 e fevereiro de 2014 levantou-se um conjunto de reportagens produzidas pela mídia impressa *online* de 4 veículos de informação: os jornais Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo e das revistas (versões *online*) Época e Veja São Paulo. A apreensão dessas formas narrativas, entretanto, conduziu à necessidade de analisarmos um outro segmento da mídia online: as mídias sociais (principalmente blogs e sites ‘independentes’

ou ‘informais’) que se revelaram fundamentais no entendimento de como as manifestações nas paisagens verdes se relacionam com a dinâmica da própria cidade.

Os textos captados e apresentados por esses veículos podem ser agrupados em dois grandes grupos: opostos, no entanto complementares; antagônicos, mas ricamente interacionais. De um lado, os parques são abordados como parte da continuidade, do espaço conhecido da cidade, dentro dos mecanismos burocráticos e programáticos que vislumbram a construção de uma cidade que funcione de forma operacionalmente eficiente, sem riscos ou imprevistos. De outro, os parques são ressaltados como espaços que elogiam a descontinuidade<sup>35</sup> e o movimento<sup>36</sup>: são pontos de resistência contra a verticalização desenfreada da metrópole, locais de retorno à natureza capazes de promover o convívio entre as diferenças (de idade, de gênero, de “tribos”) e assim trazer à cidade novos valores criadores de uma estética que, por sua vez, absorve, filtra e elabora novas regras do jogo citadino. O primeiro grupo predomina na mídia formal (nas versões digitais de jornais e revistas de grande circulação). O segundo grupo é encontrado com mais frequência nas mídias sociais (mídia “informal” – blogs e facebook, principalmente), mas não está totalmente ausente da mídia formal. Revela-se, assim, que a abordagem das paisagens verdes da cidade pela mídia transita entre o contínuo e o descontínuo, entre as possibilidades de sentido e não-sentido.

Para entendermos essa dialética, Landowski<sup>37</sup> nos oferece alguns exemplos.

Ao proteger-nos contra o risco de acidentes, explica o autor, ou melhor, para evitarmos os riscos vinculados a diversas incertezas, tomamos milhares de precauções consagradas por tantas outras proibições. As regras de trânsito são um bom exemplo: para se garantir a ordem e o bem estar, é proibido acelerar, virar, estacionar, parar, ultrapassar...; é preciso usar cinto de segurança, parar no farol vermelho, transportar crianças no banco de traz. São ações que, em última instância, diminuem o risco nas ruas e avenidas.

---

<sup>35</sup> E. Landowski. *Interacciones arriesgadas*. Lima (Peru): Fondo Editorial, 2009.

<sup>36</sup> F. Zagari. Seminário do Centro de Pesquisas Sociosemióticas, 2010.

<sup>37</sup> *Ibidem*, p.34.

Para entendermos como isso se relaciona aos parques, basta avaliarmos as ações de implementação e manutenção/gestão de parques urbanos, que pela estruturação e redução de riscos, contribuem para o ordenamento da cidade. Os artigos que divulgam a construção de parques lineares em diversos bairros da cidade, por exemplo, ressaltam que um dos principais objetivos dessas intervenções urbanísticas está na necessidade de organização dos bairros, limpeza de córregos e prevenção de enchentes (uma vez que grande parte dos parques lineares é construída ao longo de córregos nas áreas periféricas da cidade – daí o nome de ‘linear’)<sup>38</sup>. Já no interior de grandes parques como o Ibirapuera, artigos (como o publicado pela Veja São Paulo em março de 2012)<sup>39</sup> ressaltam que os desafios enfrentados pelos administradores não são poucos: os problemas variam do vandalismo à recomposição vegetal; da educação dos usuários à manutenção física de locais onde transitam milhares de pessoas todas as semanas (o Parque Ibirapuera chega a receber mais de 120.000 visitantes num final de semana ensolarado). O desafio dos administradores está, em grande medida, na manutenção física da área verde (limpeza, arborização, sanitários, acessos, *playgrounds*, quadras, equipamentos, etc.) e na garantia da seguridade do parque e dos visitantes.

Isso nem sempre é fácil. Em matéria realizada pelo jornal Folha de São Paulo<sup>40</sup>, por exemplo, os problemas da manutenção e administração dos parques acentuam o abandono e falta de segurança. O poder público é criticado e convocado a instaurar ordem no caos. “Um usuário, por volta das 13 hs de ontem, começa a urinar na mata, ao lado do prédio histórico que abriga o único banheiro do [parque] Trianon,” revela a matéria. “O parque está interditado desde o início do mês por ‘problemas operacionais’. (...) Os problemas operacionais em questão afetam 48 parques e são decorrentes de uma falha na gestão”, comenta a matéria.

Num outro artigo que chama a atenção para os roubos de bicicleta no Parque Ibirapuera<sup>41</sup>, os parques também estão longe de serem ressaltados como locais idílicos. Os textos clamam pela institucionalização das áreas verdes, demandando ações de ordem e poder,

---

<sup>38</sup> <http://revistaepoca.globo.com/especial-cidades/noticia/2012/10/parques-lineares-ajudam-reduzir-enchentes-e-melhorar-qualidade-de-vida.html>

<sup>39</sup> <http://vejasp.abril.com.br/materia/administracao-parques-paulistanos>

<sup>40</sup> Folha de São Paulo (versão impressa) – cotidiano – Falta de manutenção afeta metade dos parques de São Paulo – 16/03/2013. Matéria de Eduardo Geraque e Evandro Spinelli.

<sup>41</sup> Folha de São Paulo (versão impressa) – cotidiano – Ladrões de bicicleta – 02/03/2013. Matéria de Estevão Bertoni.

destacando a ideia de manutenção de atividades contínuas, constantes e previsíveis, dentro de um espaço operatório, administrável e controlável. Em outras palavras, para que os parques “funcionem”, o espaço deve ser controlado e, evidentemente administrado. Nesse aspecto, os parques são vistos como espaços onde deve predominar a ordem e a constância: gramas aparadas, vias limpas, locais sem obstáculos, sem roubos, sem surpresas desagradáveis (algo que também se almeja no restante da cidade). O Parque (assim como a cidade) é visto como um grande sistema que apresenta regularidades próprias que devem ser eficazmente manipuladas ou controladas.

Apesar das regras, proibições e controles serem inegavelmente importantes e necessárias para o funcionamento da cidade, uma sociedade que, em nome da organização e da preservação da vida se desenvolva apenas pelas certezas absolutas estaria condenada à imobilidade total e “mortal”. É possível que a ideia também se aplique aos parques. Afinal, sabe-se que “apenas” o funcionamento estrutural, ou seja, a continuidade, as regras e a manutenção não são suficientes para que um parque público desempenhe com sucesso sua função.

É o que mostra, por exemplo, a matéria sobre o parque linear na Brasilândia<sup>42</sup>, um espaço que surge como resultado de revitalização de uma zona “morta” em comunidade periférica da cidade que, através da implantação do parque, recuperou um ponto de centralidade e convívio. O local é então visto não apenas como obra urbanística, mas também como antídoto à segregação entre moradores, como estímulo à familiaridade entre diferentes, como espaço de descanso, como lugar para o exercício físico e, quase por conseqüência, para o exercício da liberdade. O parque linear na Brasilândia é mostrado como um espaço que prioriza o desenvolvimento em devir, o diálogo, a criação de modalidades alternativas do habitar a cidade. E esses fatores são tão importantes quando a estrutura, a segurança e a manutenção. Sobretudo porque, em determinada medida, as atividades um pouco mais arriscadas - no sentido de não serem tão programadas e controladas - são fundamentais para a geração de sentido e até mesmo para a sobrevivência desses espaços. São elas que, na ruptura, na surpresa e na novidade, criam diversos movimentos a favor de outros modos de ser e habitar a cidade.

---

<sup>42</sup> <http://revistaepoca.globo.com/especial-cidades/noticia/2012/09/parque-novo-vida-nova.html>

É justamente o ‘risco’ e as atividades a favor do risco (do novo e do desconhecido) que se observa com intensidade nas mídias sociais (ou na mídia digital ‘alternativa’, sobretudo em blogs e nas páginas do Facebook). Exemplos relevantes são oferecidos nos últimos anos pelos movimentos a favor da implantação de novas áreas verdes no município e pela conquista de espaço pelos ciclistas na cidade.

### **Parque Augusta**

Discurso freqüentemente reiterado nos últimos anos em jornais de bairro e de circulação local, das redes sociais e dos blogs, a possibilidade do projeto de um parque entre as ruas Augusta e Marquês de Paranaguá, na região central da cidade, há anos corre risco de ser eliminada por interesses imobiliários. E causa motivo de grande inquietação entre moradores e ativistas da cidade. Os desdobramentos e situação atual do Parque Augusta são detalhados no último capítulo deste trabalho, revelando uma dialética do contínuo e do descontínuo que intervêm no plano da percepção e da interação com a cidade. (Por hora, basta ler a sentença na página de abertura do site Parque Augusta Já: “Radical é quem luta pelos espaços verdes e públicos ou quem vende a cidade, acaba com o que resta de natureza e acha que a lógica do lucro deve se sobrepor à lógica da vida?” )

A questão do Parque Augusta, além de apontar para a crise do espaço público, indica, possivelmente, o aflorar de uma estética da prática do sentido, esboçando o valor da convivência entre diferentes estilos de vida (como revela o site colaborativo do Parque Augusta e sua página no Facebook, com 13.000 seguidores)<sup>43</sup> e, assim, semioticamente, entre diferentes regimes de sentido, o que para a sustentabilidade da metrópole parece ser fundamental.

---

<sup>43</sup> <http://www.parqueaugusta.cc/ja/> e <https://www.facebook.com/parqueaugustaja>

## **Bicicletas na cidade**

Outra questão que se destacou desde o início da pesquisa foi a repercussão midiática (sobretudo nas mídias sociais) do movimento de paulistanos a favor do trânsito com bicicletas na cidade. Há alguns anos, existe uma intensa manifestação da população paulistana a favor do direito de se percorrer a cidade com bicicletas. Se há tempos as bicicletas, em sua maioria, eram restritas ao lazer nos parques, em anos recentes houve um crescente movimento a favor da bicicleta como transporte urbano capaz de, em determinados trajetos, substituir o carro e o transporte público. O que era antes prática de lazer passou a ser ato de manifestação a favor da mudança na cidade: uma atitude que procura disseminar um outro estilo de vida, uma outra cidade. Decorrem dessa transformação de hábito movimentos a favor de ciclovias, interação com blogs, interação entre demais capitais brasileiras onde os movimentos ‘pro-bike’ ganham repercussão. Buscam trazer para o restante da cidade formas de sociabilidade de modos de vida anteriormente apenas restritas aos parques<sup>44</sup>.

Pela quebra do que é ‘comum’ (a noção de que uma grande cidade com configurações como São Paulo não é lugar para bicicletas), tais manifestações redefinem as narrativas e sugerem novas possibilidades semânticas para a metrópole. Um dos resultados dessa ação foi a grande ciclofaixa<sup>45</sup> delimitada na cidade aos domingos, para que trechos de várias ruas e avenidas sejam utilizadas para a bicicleta enquanto lazer. Apesar de atualmente, quase dois anos após sua implantação, as ciclofaixas estarem praticamente ‘incorporadas’ aos domingos da cidade, sua implantação não surgiu sem o impulso do risco, do desconhecido e das novas possibilidades de sentido.

Entre aquilo que se almeja como seguro e estável numa cidade (que permite o bem viver sem surpresas desagradáveis) e as ações que propositalmente quebram a monotonia contínua, a fim de gerarem novos significados (sem, no entanto, correr o risco de se transformarem em caos absoluto) está uma faixa tolerável que, segundo Landowski<sup>46</sup>,

---

<sup>44</sup> <http://bicicletada.org/Manifesto%20dos%20Invis%C3%ADveis>  
<http://www.escoladebicicleta.com.br/cicloativismoEB.html>  
[http://www.pedal.com.br/manifesto-para-a-viabilizacao-do-uso-de-bicicletas\\_texto303.html](http://www.pedal.com.br/manifesto-para-a-viabilizacao-do-uso-de-bicicletas_texto303.html)  
<http://maiskikesporfavor.wordpress.com/2014/05/25/revista-galileu-de-junho/>

<sup>45</sup> [www.ciclofaixas.com.br](http://www.ciclofaixas.com.br)

<sup>46</sup> *Op cit.*

podemos chamar de *risco aceitado* (grifos do autor). É a zona em relação ao mundo, ao outro e a si mesmo que nem recusa o risco total, nem se submete puramente ao aleatório. “Entre esses dois extremos, fica a ser determinado a natureza e o grau de probabilidade dos riscos que aceitamos assumir em cada circunstância particular”.

Para a compreensão do espaço público e para a geração de sentido na cidade, essa constatação torna-se mais do que fundamental. O não-sentido pode estar ligado ao contínuo, ou seja, à sucessão monótona e à rotina regida pela necessidade que produz, por excesso de coesão, o dessemantizado (a insignificância e o tédio). Mas o não-sentido também pode estar ligado ao descontínuo – uma sucessão caótica de acidentes regidas pelo acaso que produz, por excesso de heteorgeneidade, o não-sentido. Existem, correlativamente, dois modos de emergência do sentido: um baseado na aparição do não-contínuo, ordenamento regido por opções não necessárias (a ‘fantasia’) e tendente ao “melódico”, e outro baseado na instauração do não-descontínuo, encadeamento regido por uma ordem não aleatória (o ‘hábito’) e que tende ao ‘harmônico’<sup>47</sup>.

É possível considerarmos que essa zona de risco aceitado é justamente o espaço público (suas configurações, manifestações e formas de gestão) e sua capacidade de transitar entre as possibilidades de sentido e não-sentido. Revela-se, assim, que para se construir e conviver nos espaços públicos da cidade, há se de “encontrar” a zona de risco aceitado que não reside nem na monotonia da homogeneidade e da segurança total, nem na insegurança do aleatório absoluto, das mudanças a cada instante. A estratégia estaria em encontrar as possibilidades de sentido em meio a tantos fatores (muitas vezes antagônicos) em ação.

Desse modo, a análise midiática nos revela que, entre programação e liberdade, o contínuo e o descontínuo se tornam categorias determinantes para o entendimento dos modos de vida na metrópole. Nesses termos, como interpretar a crise do espaço público que assola a cidade?

---

<sup>47</sup> E. Landowski. “Pour une sémiotique sensible”. pp.49-56. *Passions sans nom*. Puf :2004.

## Ponto de transição

Assistindo nas últimas décadas a um desenvolvimento urbanístico que prioriza interesses privados em detrimento de necessidades e vontades públicas, São Paulo tem em seus parques os últimos redutos de convivência e lazer gratuitos. A tentativa recente do poder público em implantar e gerir mais de 100 áreas verdes na cidade vem acompanhada de inúmeros desafios de gestão e de envolvimento da comunidade frequentadora dos parques. Em meio a esses fatores diversos e muitas vezes conflitantes, enxerga-se transformações.

Tais inovações, entretanto, não acontecem por acaso. É possível identificar dois movimentos antagônicos que movem a grande cidade: de um lado, um crescimento urbano inflacionário que procura aproximar a urbes das grandes metrópoles globais em sua visualidade e delimitação de centros de poder e decisão. De outro, tentativas crescentes de resgatar elementos da cultura e da vida social que fazem parte da origem primeira das cidades: a proximidade entre pessoas, as oportunidades de encontro os valores identitários. Na eterna contraposição entre natureza e cultura, indecisão entre passado e presente, conflitos entre as demandas do mercado global e os desejos locais<sup>48</sup>, surgem inúmeros confrontos que vão, por sua vez, caracterizar o papel do espaço público na dinâmica da vida na metrópole.

Nesse embate, há uma interessante relação que se estabelece entre comunicação e espaço público: o desafio de se dosar, equilibrar e conciliar programas, leis e regras de gestão e condução desses espaços, sem deixar de se incentivar as atividades de caráter não-programado, livres e espontâneas, típicas dos encontros e do sentir. Nessa dinâmica, observa-se a formação (ou seu contrário, a destruição) de processos comunicativos que estimulam as relações humanas e assim tornam os espaços mais ou menos vivos,= mais ou menos resilientes (com capacidade de se recuperar após um abalo ou intervenção). Tal constatação não seria relevante se São Paulo não tivesse diversas áreas públicas degradadas e tantas outras em fase de construção e regeneração; se a cidade não se visse diante do impasse e do desafio de regenerar tais espaços e facilitar a inclusão social em suas diversas facetas, lidando com todas as dificuldades que tentativas como essas acabam encarando.

---

<sup>48</sup> F. Zagari. “Sul paesaggio”. Lettera aperta. Melfi (Italia): Casa Editrice Libria, 2013.

Quando esta pesquisa levou a semiótica “a campo”, encarou o desafio de se compreender a participação do espaço e dos sujeitos na criação das paisagens verdes enquanto lugares públicos, revelando assim que ao mesmo tempo em que os parques são, por natureza, espaços de liberdade e fruição, lugares de possibilidades e opções, de descontinuidade e inovação, antítese das regras de trabalho e do ritmo frenético do restante da metrópole, eles não deixam de demandar e requerer atitudes programadas e manipulatórias, necessárias à manutenção da segurança e da continuidade de sua existência. Na constante (e necessária) oposição entre continuidade e descontinuidade, os parques tornam-se assim laboratórios para a implementação de programas e projetos, ajustando as medidas entre ordem e liberdade, refletindo as estratégias e adaptações que configuram a morfologia social da cidade.

As possibilidades dessa observação têm nos mostrado que os universos de significação construídos nas paisagens verdes da cidade não mantêm, necessariamente, relações simples e diretas com as propostas de planejamento e gestão do poder público. A significação de áreas verdes vai muito além de esteriótipos como “pulmão da cidade”. Longe de visões estereotipadas, talvez os parques se apresentem como últimos receptáculos urbanos onde as pessoas podem ser estranhas umas as outras e mesmo assim conviver com a diversidade, pautadas em códigos simbólicos –como o modo de vestir– regulando e propondo novas formas de interações sociais. Na visão de Richard Sennet<sup>49</sup>, talvez representem a possibilidade de “re-preenchimento” da esfera pública.

Esse “re-preenchimento” se dá pela característica do próprio espaço público em possibilitar a constituição de variados universos de referência (aqui representada pela continuidade da elipse que caracteriza a geração de sentido nos parques paulistanos), algo que ocorre, necessariamente, entre a eterna oposição e confronto entre contínuo e descontínuo, programação e liberdade. Reconfiguram-se assim as esferas de poder: de uma estrutura hierárquica dominante, observa-se nos parques da cidade a possibilidade de desenvolvimento de novas configurações discursivas e presenciais. E essa transformação é frequentemente transposta para a mídia impressa. Transformam-se assim a esfera pública, o sujeito, a paisagem e a comunicação /representação da cidade. A idéia nos conduz a

---

<sup>49</sup> R.Sennet. *O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

observar um contexto sempre em mutação, um fluxo contínuo de pensamentos, significações, crenças, explicações e valores. Analisar o “fluxo” da elipse pode ser uma das importantes contribuições para a gestão dos parques urbanos na cidade.

### **Por mais projetos de paisagem**

A noção de paisagem pode ser compreendida de diferentes maneiras. Pode, inicialmente, ser encarada como figura.<sup>50</sup> Trata-se, no entanto, de uma figura que não é apenas vista, mas que é, sobretudo vivida. Assis Silva<sup>51</sup> sugere que ver a paisagem significa ver, ouvir, sentir e viver a paisagem. Segundo essa abordagem, a figuratividade da paisagem desempenha importante papel na relação entre, de um lado, percepção e, de outro, a geração de sentido na cidade. Daí não ser impossível propor que estamos lidando com uma figuratividade da paisagem, uma figura com importantes propriedades discursivas. Na medida em que interagem diferentes estratégias enunciativas – da relação do corpo com o entorno; das atividades programadas pelo poder público; das regras de convívio; do desenho do parque (sua plástica); de sua dinâmica ecológica e até do papel da mídia na abordagem das áreas verdes – é possível entrever, a partir dessa polissemia, uma figuratividade que constrói um universo complexo de valores multifacetados.

Essa constatação permite compreender uma das ideias mais importantes da atualidade no que se refere ao planejamento e à gestão tanto do espaço urbano, como de áreas rurais: o ‘projeto de paisagem’. Um dos porta-vozes desse conceito é o arquiteto paisagista e semiótico italiano Franco Zagari. Segundo o pesquisador, o projeto de paisagem é proposto como método promissor principalmente em temas voltados para a conservação ambiental. A ideia tem obtido significativa atenção e avanço conceitual (como demonstra a Convenção Européia da Paisagem), mas também é notório o fato de que existem diversas incertezas no que se refere a sua atuação prática. No contexto italiano, essa dificuldade

---

<sup>50</sup> J.Geninasca. « Le regard esthétique ». *Actes Sémiotiques. Documents*, v.6, n.58, p.6, 1984, *apud* I.Assis Silva. “A escuta do sensível”. *In: I. Assis Silva (org). Corpo e sentido: a escuta do sensível*. São Paulo: Editora Unesp, 1996.

<sup>51</sup> I. Assis Silva. “A escuta do sensível”. *In: I.Assis Silva (org). Corpo e sentido: a escuta do sensível*. São Paulo: Editora Unesp, 1996.

ocorre pelo fato de as relações e a definição de responsabilidades entre estado e região em muitos casos serem demasiadamente estáticas (ou às vezes até pouco definidas), ou então pela presença de um quadro legislativo e técnico conservador (muitas vezes ultrapassado), o que acaba dificultando planos de intervenção mais concretos no que se refere ao projeto de paisagem.

Mesmo diante de impasses, dificuldades e ausência de uma atuação sistemática, o pesquisador enfatiza a necessidade da experimentação em torno do conceito de paisagem. O motivo é conhecido: nas duas últimas décadas, as cidades revelam a necessidade de se encontrar respostas adequadas aos problemas contemporâneos e, sobretudo, a não interpretar o território de modo fragmentado.

Uma das soluções estaria no ‘projeto de paisagem’: são projetos de gestão do espaço que não se restringem a um projeto imobiliário ou urbanístico pontual, mas que levam em conta a preservação e a dinâmica de uma área maior – a da paisagem, esta encarada enquanto patrimônio. São projetos que envolvem o espaço público e aberto em diálogo com propriedades privadas. São projetos que requerem a necessária participação comunitária e apresentam forte relação com princípios da sustentabilidade. Em termos semióticos, poderíamos dizer que são projetos que procuram equilibrar as características contínuas e descontínuas dos lugares, oferecendo espaço tanto para o planejamento e a organização, quando para as manifestações mais espontâneas, aquelas que no início do relatório apontamos como as possibilidades de um corpo em devir.

Parte importante dessa preocupação forma o livro *Paisagens da Cidade não Cidade (Paesaggi di città non città)*<sup>52</sup> publicado em 2011, sob organização de Giovanni Laganà. A obra apresenta estudos em quatro diferentes regiões da Itália (Calábria, Emilia, Veneto e Veneto oriental) nas quais a estratégia de projeto de paisagem foi adotada em situações experimentais.

O que dá título ao livro (‘cidade não cidade’) é o fato de as regiões estudadas estarem localizadas em ambientes de grandes conurbações urbanas, formando regiões urbano-rurais. Mais especificamente, ‘cidade não cidade’ pode ser definida como os assentamentos nem urbanos, nem rurais, que caracterizam grande parte das conurbações recentes em diferentes

---

<sup>52</sup> F.Zagari. ‘Paesaggi di città non città’, in Laganà, Giovanni (ed). *Paesaggi di città non città* – Franco Zagari, quattro progetti di ricerca. Melfi (Italia): Casa Editrice Libria, 2011.

áreas metropolitanas do mundo. Para Zagari, essas regiões representam uma fratura profunda em relação à cidade europeia do último milênio. Nelas predomina, de forma geral, uma atitude acumulatória e banal, frequentemente pouco segura e pouco aconchegante. Mesmo assim, essas áreas ainda são ‘cidades’ e sugerem novos estímulos de vitalidade, novos comportamentos, novas energias, uma nova lógica de expressão e de representação. Os estudos apresentados são projetos de recuperação, de integração de espaços e de intensificação das relações entre habitante e lugar. Sobretudo, são projetos que procuram respeitar e gerir a polissemia da paisagem e a paisagem como figura viva. “Como as línguas, assim são as paisagens”, conclui Zagari, que coordenou os projetos.

Um dos pontos altos do livro é a constatação de que as comunidades envolvidas demonstraram amplo desejo de participarem e serem protagonistas na configuração de suas paisagens, consideradas como bem comum. As quatro realidades sociais encontradas não apenas demonstraram que estavam muito abertas ao diálogo (vivendo a paisagem com consciência comunitária), como os habitantes locais se viram envolvidos em profunda discussão do valor da cidadania como forma associativa evolutiva, onde a paisagem desempenha papel central. Dessa forma, os projetos, que em sua maioria abordaram a recuperação de espaços públicos, centros de convivência e de áreas de refúgio (ou degradadas), procuraram reconhecer personagens e valores que são o motor simbólico capaz de nutrir as relações entre indivíduo e sociedade, aspectos fundamentais para o exercício democrático de governança de um território.

Mesmo como simulações (ou seja, os projetos elaborados não foram efetivamente implantados, mas foram testados em workshops e laboratórios livres e participativos) os projetos trazem novidades no sentido de questionarem as ideias, técnicas e políticas necessárias para colocar em ato tanto os programas da administração pública, quanto os processos de maior participação da comunidade na gestão do território e em consequentes ações de proteção do desenho e da valorização das paisagens. Sobretudo, os projetos utilizaram-se de estratégias comunicativas cuja dinâmica se torna fundamental para a sobrevivência / permanência dos projetos de paisagem.

Entre as estratégias adotadas, é possível ressaltar:

- A tentativa de se evitar a banalização da paisagem (pelo desgaste, pela redundância, pelo excesso).
- A intervenção em poucos pontos – porém tangíveis e estratégicos – na tentativa de gerar efeitos relevantes: novas centralidades, novas qualidades, outras estratégias de mobilidade, principalmente na diminuição da aceleração, na convivência com o espaço público.
- A manutenção da agricultura como importante matriz de recuperação dos espaços.
- A defesa dos espaços não construídos, mantendo-se a relação cheio–vazio, não apenas por evidentes razões ecológicas, como também para impedir uma posterior expansão de edifícios que poderia levar à saturação e à esclerose dos assentamentos (importante lembrar que incentivos econômicos e fiscais tendem a apoiar esse princípio).
- A busca pela compatibilidade entre atividades agrícolas e não-agrícolas, como turismo, esporte e lazer, que por sua vez incentivam e valorizam a manutenção de áreas verdes.
- A atenção voltada para áreas rejeitadas – terrenos abandonados, áreas de refugo.
- A inserção da comunidade no centro da cena, um princípio importante da Convenção Européia da Paisagem<sup>53</sup>.

Apesar dos estudos apresentados em *Cidade não Cidade* se desenvolverem em áreas urbano-rurais, a noção de projeto de paisagem oferece importantes contribuições para o entendimento da crise do espaço público na metrópole São Paulo. Ao levar em consideração que por detrás de cada território há um leque de valores multifacetados, ao ressaltar estratégias comunicativas capazes de nutrir a relação entre habitante e lugar e entre indivíduo e sociedade, uma abordagem da paisagem no planejamento se apresenta como possível estratégia capaz de fomentar a colaboração na cidade, na tentativa de diminuir uma expansão banalizada e automatizada que promove um crescimento que acaba tolhendo outras possibilidades de desenvolvimento da cidade. A ideia se assemelha a uma tentativa de diminuição da entropia a cidade (refletida pela crise do espaço público).

---

<sup>53</sup> Ibidem.

A ideia de entropia, trazida para a comunicação principalmente pela cibernética e posteriormente por um entendimento ecológico<sup>54</sup>, sugere importantes implicações para a compreensão da relação entre comunicação e espaço público. A partir dela é possível observar que as estratégias comunicativas desenvolvidas em abordagens como as do projeto de paisagem enfatizam mais a organização do que a as estruturas, o que implica em importantes desdobramentos para a cidade.

De forma geral, a entropia pode ser definida como a tendência da natureza de destruir o ordenamento e precipitar a degradação biológica e a desordem social. Essa segunda lei da termodinâmica diz que, na natureza, existe uma forte tendência contrária às propriedades que os sistemas vivos (abertos) apresentam de regular seu ambiente por meio de múltiplos ajustes de forma a manter uma condição relativamente estável conhecida como homeostase. Essa habilidade não pode ser compreendida como um estado único e fixo, mas como uma faixa de limites toleráveis, um leque de possibilidades organizativas. Nesse sentido, a entropia é o oposto da organização<sup>55</sup>. Entender a relação entre entropia e organização (portanto, comunicação), é um ponto de fundamental importância para as cidades. O cerne está em entender que, quando um sistema luta contra a desorganização, ele acaba gerando propriedades importantes calcadas no aprendizado.<sup>56</sup>

Quando os processos comunicativos na cidade são demasiadamente controlados ou quando impossibilitam o surgimento de uma variedade de estratégias comunicativas, quando a comunicação é encarada como estrutura e não como processo, maiores são as chances da entropia (ou desorganização e conseqüente falta de comunicação) no ambiente. Daí a importância dos espaços públicos que estimulam relações humanas e que oferecem um lugar-laboratório para o exercício de um aprendizado somático, no encontro corpo-a-corpo ou entre corpos e paisagens, fomentado pelo lazer e pela fruição. Os parques, no trânsito da elipse em sua multiplicidade de sentidos, colocam em movimento um corpo em devir propondo um necessário diálogo entre poder público e sociedade, entre o contínuo e o descontínuo.

---

<sup>54</sup> K. Thrall. *A Natureza Ecológica da Comunicação*. Tese de doutorado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2008.

<sup>55</sup> A. & Michèle Mattelart. *História das teorias da comunicação*. São Paulo: Loyola, 1999.

<sup>56</sup> M. Waltrop. *Complexity: the emerging science at the edge of chaos*. New York: Touchstone, 1992.

É por isso que, consciente ou inconscientemente, os encontros nos parques públicos podem antecipar novas modalidades do habitar: na medida em que parques públicos se apresentam como lugares de trânsito entre o sentido e o não-sentido, revelam possibilidades de reorganização, de estímulo à busca do equilíbrio entre o contínuo e o descontínuo, características essas fundamentais para a sustentabilidade da metrópole. No jargão semiótico<sup>57</sup>, poderíamos dizer que há, nos parques, uma ampla possibilidade para a promoção do diálogo entre, de um lado, os regimes de programação e manipulação (estratégias e processos mais previsíveis, de ordem, de causa e efeito e, nesse sentido, tendem a seguir determinado planejamento e a garantir a segurança) e, de outro, os regimes de acidente e ajustamento (ações mais imprevisíveis e, por isso, mais arriscadas, onde o corpo se coloca em devir, se lança ao desconhecido, conversa com o acaso, se entrelaça, se adapta e se conecta com seu entorno).

### **Sustentabilidade no fluxo da elipse**

Durante a pesquisa, um dos exemplos marcantes de enfrentamento da crise do espaço público em São Paulo se refere à implementação do Parque Augusta, um movimento em que a população procura se fazer protagonista da gestão e, sobretudo, da paisagem, na ocupação de um espaço no centro de São Paulo destinado à implantação do parque público. Trata-se de um terreno de cerca de 25 mil m<sup>2</sup> que se encontra em estado de abandono desde os anos 1970, quando o imóvel que o ocupava – o colégio feminino *Des Oiseaux* – foi parcialmente demolido e a reserva de mata atlântica abrigada por ele foi tombada pelo patrimônio histórico. Já há anos o terreno abriga um improvisado estacionamento, enquanto a floresta é utilizada pelos habitantes da região como uma igualmente improvisada área de lazer.

Embate entre interesses públicos e privados, confronto entre habitantes locais e grandes corporações na definição da paisagem da cidade, o Parque Augusta sugere e promove novas formas de se planejar e habitar a cidade: impedido de entrar no espaço verde, o grupo que luta pelo parque promove freqüentemente ‘Festivais Parque Augusta’ nas calçadas que

---

<sup>57</sup> E. Landowski. *Interacciones arriesgadas*. Lima (Peru): Fondo Editorial, 2009.

circundam o terreno, no intuito de alertar para o problema e chamar a atenção de um conjunto cada vez maior de paulistanos a favor do Parque. Concomitantemente, elabora estratégias de auto-gestão do Parque, propondo que a área verde pública seja gerida com intensa participação dos moradores locais. Advogados voluntários e ONGs ambientalistas se juntaram ao movimento a favor da reabertura do terreno e efetiva implantação do espaço público, não aceitando a proposta das incorporadoras imobiliárias em oferecer um parque apenas na área da reserva (cerca de metade do terreno), administrado exclusivamente pela iniciativa privada.

As ações a favor do Parque Augusta em São Paulo se resumem em um movimento cujas estratégias comunicativas procuram favorecer as relações humanas (não mediatizadas) e trazem à tona o tema da inclusão social na tentativa de construir uma cidade onde o espaço é valorizado enquanto paisagem e não apenas enquanto valor imobiliário. Busca-se aqui uma cidade onde muitos podem ganhar qualitativamente, ao invés de pouco ganharem porções quantitativas exorbitantes.

Movimentos como esses procuram integrar os espaços e nutrir as relações entre habitante e lugar, entre indivíduo e sociedade, algo que a administração pública, a iniciativa privada ou os interesses do grande capital, sozinhos, não conseguem promover. Ao incentivar a relação do corpo com o entorno, e assim favorecer as tentativas de auto-organização da cidade, o movimento a favor do Parque Augusta e sua possível reverberação na elipse que agrega as formas de sociabilidade e geração de sentido nos diferentes parques da cidade reforça a zona de risco aceitável na definição do espaço público da cidade, onde as possibilidades de geração de sentido se revelam por um diálogo necessário entre os mais diversos atores sociais.

Na administração dos parques da cidade, observa-se possíveis configurações rumo a uma transformação da esfera pública, do sujeito, da paisagem e da comunicação da cidade. Analisar esse “fluxo” permitiria compreender a noção de sustentabilidade pelo viés semiótico, dando conta de um leque de mediações entre as estruturas de poder e as possibilidades libertárias de um corpo em devir. Tal movimento faz eco a uma frase de protesto que há alguns anos povoa diversos muros da cidade e que resume o desejo de diversos paulistanos por mais espaços públicos abertos e menos construções corporativas: ‘Você praça, acho graça; você prédio, acho tédio’. Entre a praça e o prédio, transformam-se

as relações entre economia, política e sociedade. E a metrópole, quiçá, aprenderá a dosar seus desdobramentos sem banalizar suas estratégias de convivência.

\*\*